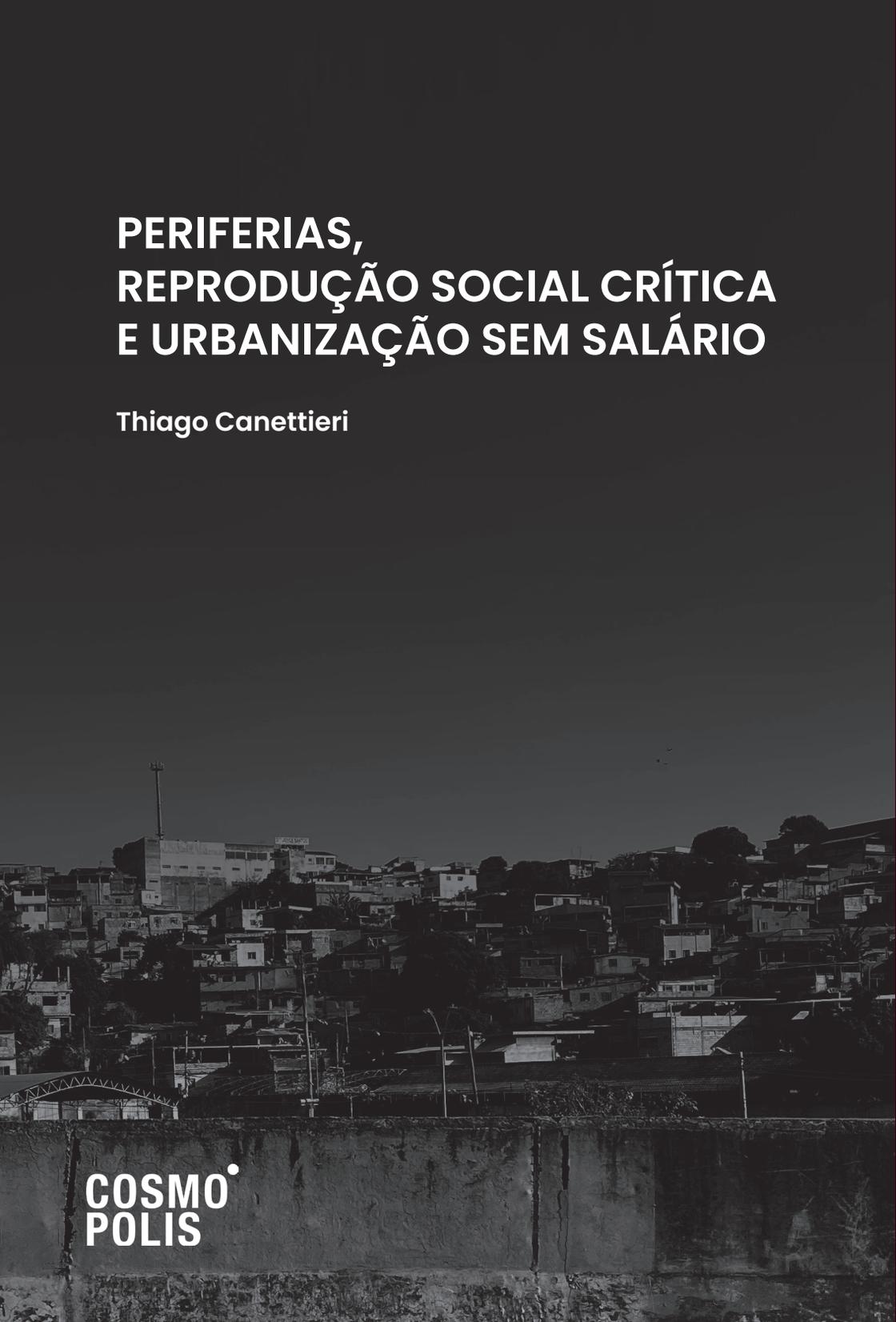


PERIFERIAS, REPRODUÇÃO SOCIAL CRÍTICA E URBANIZAÇÃO SEM SALÁRIO

Thiago Canettieri



COSMO
POLIS

A Periferia é termo polissêmico, alvo de longos e árduos debates nos Estudos Urbanos, carregado de conteúdos históricos, políticos, sociais, econômicos e culturais. Como identificar, definir, analisar, compreender as periferias urbanas onde saltam aos olhos as contradições do processo de reprodução do capital?

Em Periferias, reprodução social crítica e urbanização sem salário, Thiago Canettieri propõe que tratemos das periferias – no plural, destacando a sua heterogeneidade – como expressões espaciais das desigualdades sociais produzidas pelas contradições da urbanização capitalista.

Colocando o espaço no centro da problemática, o autor analisa a reprodução social no atual contexto de crise do trabalho, destacando as novas estratégias empreendidas pelos trabalhadores das periferias metropolitanas para garantir, dia após dia, a sua sobrevivência. Microempreendedorismo, assistencialismo de crise, endividamento de baixa renda, rentismo periférico, ilegalismos populares e

associativismo popular conformam uma constelação de estratégias que se misturam e se complementam de modo a garantir a reprodução da vida.

A novidade que Thiago Canettieri nos apresenta reside no fato de todas essas estratégias ocorrerem fora das relações formais de trabalho: se trata, portanto, de um contexto de reprodução social crítica, dada a potencial impossibilidade de se acessar o dinheiro no mundo da mercadoria quando os trabalhadores das periferias metropolitanas vivem uma vida sem salário.

O autor se baseia em pesquisa empírica, de cunho etnográfico, realizada em Belo Horizonte, para demonstrar que a periferia é onde a reprodução social crítica acontece, assim revelando que trabalhadores sem trabalho (formal) são os sujeitos da urbanização sem salário. É uma obra que nos inspira a continuar estudando e analisando, criticamente, as contradições da urbanização capitalista.

Elisa Favaro Verdi

Departamento de Geografia
Universidade de São Paulo

© **Thiago Canettieri, 2024**

1ª Edição - Editora Cosmópolis

Revisão:

Rita Lopes

Projeto gráfico:

KMA Soluções Gráficas

Esta obra está licenciada como Creative Commons CC BY-NC-SA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

C224p

Canettieri, Thiago.

Periferias, reprodução social crítica e urbanização sem salário / Thiago Canettieri. – 1.ed. – Belo Horizonte: Cosmópolis, 2024.

124 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-994979-8-8

1. Espaço urbano. 2. Geografia urbana. 3. Urbanização. 4. Classes sociais. 5. Ciência política. 6. Desemprego. 7. Renda - Distribuição. I. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. II. Título.

CDD 711.13

Ficha catalográfica elaborada por Maryne Mirydyane Medeiros - CRB 6/3776

Sumário

04	Agradecimentos
09	Introdução
19	Formação e desconstrução do espaço periférico brasileiro
27	Sobre a reprodução social nas periferias
35	Um território de urbanização periférica
45	Geografias da reprodução social crítica nas periferias
51	Microempreendedorismo
58	Assistencialismo de crise
66	Endividamento de baixa renda
71	Rentismo periférico
77	Ilegalismos populares
83	Associativismo comunitário
90	Faturas e fronteiras periféricas na reprodução social crítica
96	Disjunções do progresso
102	Uma constelação da reprodução social crítica
108	Referências
120	Sobre o autor

Agradecimentos

A elaboração deste livro foi fruto de um esforço coletivo de investigação. Desde a concepção inicial do projeto, tive o privilégio de contar com o interesse e a colaboração de um grupo de alunos e alunas excepcionais. Bárbara Moreira de Andrade, Luísa Silva e Santos, Gabriel Lucas Martins, Luisa Cristina Silva Alves, Camilla Milene Sales Reis, Catarina Ferolla Vasconcelos, Luiz Estevão Moreira Paiva, Leonardo Cardoso Bahia e Laura Vilela Campos acompanharam de perto a pesquisa, atuando como pesquisadores de iniciação científica e contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento dos trabalhos de campo e das análises. Sou profundamente grato por sua dedicação e seu empenho. Dedico um agradecimento especial à Catarina, que colaborou na preparação das primeiras edições do “Jornal do Bairro”, e à Laura, que foi responsável pela criação das figuras representativas da área do campo de estudo.

Além disso, tive a oportunidade de compartilhar esta pesquisa em duas disciplinas, nas quais pude contar com os comentários e debates de turmas interessadas e engajadas no assunto. Suas contribuições foram inestimáveis para a elaboração das ideias aqui apresentadas.

Durante todo o período, mantive o Grupo de Estudos Periféricas em Debate, reunindo-me quinzenalmente com colegas para discutir textos relevantes. Muitas das ideias expressas neste livro começaram a ser gestadas nesses encontros, que aconteciam na quarta-feira à noite. Inclusive, deixo um agradecimento especial à Clarissa Veloso e ao Renato Fontes, que acompanharam ao longo de vários semestres esse grupo de estudos e contribuíram de forma significativa para o seu desenvolvimento.

O Grupo Cosmópolis, do qual faço parte, também foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa. Em um dos seminários que realizamos, tive a oportunidade de apresentar e discutir meus estudos, auxiliando na elaboração dos argumentos e

no aprimoramento das análises. Agradeço em especial ao Roberto Andrés, que se disponibilizou a ser o debatedor do meu trabalho nessa ocasião e contribuiu com várias sugestões valiosas.

Bruno Siqueira Fernandes também foi um colaborador essencial nessas discussões. Juntos ofertamos disciplinas, lemos muitas coisas e publicamos textos. Certamente, suas ideias influenciaram enormemente as minhas próprias - e devo agradecer muito por isso. Além dele, Júlia Sanders foi responsável por me apresentar várias bibliografias sobre reprodução social, e assim tivemos a oportunidade de ler, os três juntos, alguns desses textos em um breve, mas muito produtivo, grupo de estudos.

Marina Paolinelli acompanhou de perto esta pesquisa, desde os grupos citados até a redação deste livro, passando pelas atividades de campo e compartilhando comigo o cotidiano desta investigação.

O agradecimento mais importante deve ser dedicado aos interlocutores desta pesquisa, pessoas que toparam dividir comigo um pouco de suas trajetórias. Em especial, devo agradecer às lideranças comunitárias que me acompanharam e permitiram minha inserção no campo da pesquisa. Também aos trabalhadores do Centro de Referência em Assistência Social local, que me acolheram e ajudaram na comunicação com diversas pessoas. Muitos dos contatos estabelecidos aqui só foram possíveis devido ao acompanhamento próximo dessas pessoas, sem as quais, certamente, esta investigação seria bem menos rica.

Esta pesquisa recebeu financiamento da Fundep/UFMG e da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFMG, o que permitiu seu desenvolvimento ao longo de quatro anos e viabilizou a publicação deste livro.





Introdução

A dinâmica da vida cotidiana nas periferias brasileiras é marcada por adversidades acumuladas, resultantes das desigualdades estruturais. Este livro busca compreender a complexa trama da reprodução social que ocorre atualmente nesses territórios. Trata-se de um presente marcado por um contexto de crise, no qual o assalariamento deixa de ser o amálgama da sociabilidade. Desse modo, busco responder seguinte questão: como sobrevivem cotidianamente os *trabalhadores sem trabalho* que residem nas periferias metropolitanas? Como veremos, o modo de reprodução desses *trabalhadores sem trabalho* é eminentemente crítico - isto é, em constante crise. Por isso, construí ao longo deste texto a noção de *reprodução social crítica*, como dispositivo teórico-conceitual capaz de compreender o atual momento da reprodução em territórios periféricos.

A reprodução social nas periferias passa por uma notável transformação. As dimensões do trabalho e do salário estão sendo reconfiguradas. Ainda que não tenham desaparecido desses territórios, nas últimas décadas tornaram-se flagrantes os modos de sobrevivência e reprodução a partir de uma combinação de estratégias que envolvem programas de assistência (formais ou informais), empreendimentos comunitários, endividamento, práticas rentistas, ilegais e associativas. Novos conflitos surgem com novas fronteiras que separam os diferentes regimes de normatividade que regulam a vida cotidiana nas periferias. Essa coexistência de diferentes regimes de normatividade e estratégias de reprodução tensiona constantemente com as lógicas formais, estatais e de mercado, sem, no entanto, opor-se, ou seja, a relação ocorre mais por complementaridade do que por oposição.

O entendimento do lugar que as periferias ocupam na reprodução das relações sociais capitalistas passa por ressaltar um caráter peculiar: uma “integração negativa”, isto é, sua inserção na

totalidade concreta do sistema do capital acontece pela exclusão das formas básicas de sociabilidade do valor, ainda que continue sendo determinada por esta. Sua característica de incompletude estrutural não é sinal de atraso ou de formas atávicas, mas é parte necessária do próprio desenvolvimento do moderno sistema produtor de mercadorias. As periferias, enquanto expressão espacial das desigualdades sociais que se manifestam nas contradições da urbanização, não são os restos atrasados das economias subalternas, mas estão intrinsecamente conectadas com o desenvolvimento capitalista em sua escala planetária. Dessa maneira, precariedade, informalidade, irregularidade e ilegalidade são condições necessárias para a realização da forma-valor na periferia do capitalismo e, assim, impactam as formas de reprodução social nos territórios periféricos. A condição de superexploração estrutural implicou a organização de certas estratégias de reprodução social da população periférica que passava pela mencionada complexa trama de ilegalidade, informalidade e precariedade. Esse cenário tende a se agravar no atual contexto: o desenvolvimento da crise do capital significou o aprofundamento e a generalização da condição periférica (Canetti, 2020).

As periferias ocupam lugar de relativo destaque nos estudos urbanos (na geografia, no urbanismo, na sociologia, na economia, entre outros) no Brasil, pois sua imperiosa presença se coloca objetivamente como condição para se compreender nossa sociedade. Um fértil campo de pesquisas se estabeleceu em torno dessa categoria. Os territórios periféricos passaram por profundas transformações nas últimas décadas, recebendo atenção de diversas investigações (Richmond et al., 2021; Andrea, 2022; Ramos et al., 2023; Beraldo, 2023) que buscam cartografar as relações desenroladas nesses territórios, consolidando uma bibliografia que procura compreender a vida cotidiana nesses territórios.

Apesar dessa considerável gama de estudos e análises acadêmicas sobre as periferias, poucos trabalhos dão testemunho dessa contradição em processo: periferias são espaços heterogêneos

e homogêneos simultaneamente. Dessa maneira, intenciona-se contribuir para a elaboração teórica sobre os espaços periféricos a partir de uma abordagem que possa congrega as duas dimensões - orientado pelo ensinamento de Henri Lefebvre (1974), que entendia a produção do espaço sob o capitalismo como um processo que resulta em homogeneidade, fragmentação e hierarquização.

Aqui, periferias serão sempre tratadas no plural, buscando enfatizar sua heterogeneidade interna, suas fronteiras e fraturas internas (Cunha & Feltran, 2013; Richmond et al. 2021; Ramos et al. 2023). Contudo, também a noção de periferias, mesmo no plural, não deixa de carregar um certo sentido de homogeneização reproduzida por processos estruturais ligados às dinâmicas de acumulação de capital. Ou seja, ainda podemos adotar o termo “periferia”, pois existem elementos homogêneos que conectam esses lugares a um conceito. Todavia, periferia é um gênero para designar uma pluralidade de realidades e contextos.

Lúcio Kowarick (1979, p. 31) apresenta uma definição abrangente de periferias: “Aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão de obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica”. Para o autor, as periferias são expressões do modo de reprodução da força de trabalho própria do desenvolvimento econômico que ocorreu na sociedade brasileira. Contudo, essa definição parece, hoje, um tanto limitada. Afinal, como veremos, a situação de crise do capital produziu uma dinâmica que autonomizou a maquinaria econômica da mão de obra que era necessária para fazê-la girar. Desse modo, já não é mais o salário o meio primordial da reprodução social, mas um conjunto de estratégias diversas para acessar dinheiro e sobreviver no mundo da mercadoria. Se Maricato (1979) se referiu ao processo de *urbanização dos baixos salários* para compreender a produção das periferias na virada da década de 1970 para 1980, a situação contemporânea leva a pensar os significados de uma *urbanização sem salário*.

Assim, talvez seja mais preciso pensar as periferias como espaços urbanos produzidos por processos de urbanização periférica (Caldeira, 2017), isto é, que envolvem a organização de setores populares, mais ou menos precarizados, e que são produzidas por meio de práticas transversais ao Estado. Nesse sentido, periferias podem ser descritas como espaços onde a reprodução social é - ela mesma - transversal às formas modernas, envolvendo a navegação por meio das tênues fronteiras entre o legal e o ilegal, o informal e o formal.

Compreender a complexa trama de ilegalismos, informalidades, empreendedorismos e precariedades como elementos importantes da realidade periférica é condição para se investigar os modos de reprodução social das periferias. É por meio da mobilização de diferentes estratégias de reprodução social que as condições de sobrevivência das populações pauperizadas, espoliadas e racializadas nos territórios periféricos são garantidas.

Esse tema é hoje cada vez mais relevante diante das transformações estruturais pelas quais o capitalismo vem passando. Essas transformações produzem uma certa indeterminação, dificultando o entendimento crítico da realidade, bem como bloqueiam as possibilidades de proposições políticas para a sua superação. Considerando essa realidade é que o presente livro visa contribuir para o debate sobre a reprodução social nas periferias brasileiras.

Este texto parte da realização de uma pesquisa de inspiração etnográfica que desenvolvo desde 2021 em uma periferia metropolitana de Belo Horizonte, a fim de analisar a vida cotidiana em territórios periféricos e as transformações das condições da reprodução social. Estou interessado em investigar as diferentes estratégias de reprodução que são mobilizadas no contexto do cotidiano nas periferias.

Minha inserção no território se deu a partir do contato prévio com lideranças comunitárias. Além disso, busquei o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) para ampliar meu contato com possíveis interlocutores. Para construir minha relação

de colaboração de pesquisa com os vários sujeitos, inseri-me primeiramente em várias atividades de grupo intermediadas por essas lideranças e seus movimentos e também acompanhei a agenda de reuniões abertas da comissão local do CRAS. A partir dessas atividades coletivas, que me permitiram conhecer várias pessoas, estabeleci contato com algumas delas para tratar de assuntos específicos que me interessavam. Além disso, durante o ano de 2023, inspirado na ideia de Beraldo (2022), elaborei algumas edições de um “jornal do bairro”. Como escreve a autora, “ter um objeto concreto facilitava o envolvimento dos participantes” (Beraldo, 2022, p. 33). O “jornalzinho”, além de ser um instrumento para estimular os debates, era um “lugar” onde as pessoas se dispuseram a contar suas histórias, fazer denúncias e anunciar a prestação de serviços ou datas de reuniões, entre outras situações. Entendo que um “jornalzinho” era uma devolutiva mais interessante aos moradores do que um artigo ou um livro acadêmico, afinal, colaborava com os interlocutores de forma mais direta. As tiragens, embora não fossem grandes, eram distribuídas às lideranças e disponibilizadas no CRAS.

O desenho metodológico da pesquisa envolve trabalhos de campo imersivos. Desde 2021 faço visitas periódicas à área de estudo, em diferentes dias da semana e em variados horários. Em duas oportunidades, fiquei hospedado na casa de um dos interlocutores para acompanhar mais de perto a vida cotidiana do bairro. Mantive um caderno de campo nesse período de atividades e realizei conversas informais e entrevistas em profundidade com interlocutores e interlocutoras. As entrevistas eram voltadas à compreensão de aspectos específicos da trajetória de cada interlocutor e, por conta disso, não tenho um roteiro de entrevistas replicado a várias pessoas¹.

¹ Todas as fotografias que ilustram este livro são de minha autoria, realizadas durante atividades de campo, com exceção daquelas com indicação expressa da fonte.

Ao longo da pesquisa, busquei combinar o material obtido por meio de entrevistas e conversas com os interlocutores com as observações e a participação junto a esses sujeitos (Fontes, 2021), permitindo perceber eventuais distorções narrativas, complementando informações de assuntos que nem sempre são abordados diretamente e aprendendo sobre as práticas desenvolvidas no local. Por isso, a presença na área de estudo foi fundamental. Além das entrevistas, conversas e observações, consultei arquivos pessoais de fotos e jornais, gentilmente cedidos pelos moradores para a pesquisa. Informações disponibilizadas pela Companhia de Urbanização de Belo Horizonte (Urbel), por meio de pedidos de acesso à informação, e outras coletadas em pesquisa no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte também foram utilizadas. Além disso, o Centro Cultural do bairro guarda algumas matérias de jornais que igualmente foram consultadas. Como o foco da pesquisa recai sobre as estratégias de reprodução social dos *trabalhadores sem trabalho*, outros tantos elementos presentes nas práticas periféricas acabaram sendo sub-representados neste livro.

Para garantir a não identificação das minhas fontes, as pessoas receberão nomes fictícios e as localidades não serão identificadas. Para facilitar a apreensão das relações de proximidade e da complexidade da composição espacial da área de estudo, elementos importantes para a análise, apresento um esquema ilustrativo que representa essa área. Contudo, a construção dessa representação é fictícia, realizada a partir de imagens de satélite do território, mas em uma composição construída de modo a não permitir sua identificação. O mesmo procedimento foi realizado na figura histórica da área, reconstruindo a composição presente na área de estudo em cada ano de análise a partir de imagens de satélite.

Apesar do caráter relativamente limitado das fontes empíricas, isto é, uma periferia determinada de Belo Horizonte, penso que a omissão da localidade se presta ainda a outro objetivo. Estou convencido de que os elementos que descrevo e analiso aqui não

se limitam apenas ao campo de minha pesquisa, mas, ainda que em linhas gerais, os processos aqui abordados também se referem às dinâmicas mais abrangentes e, desse modo, podem se ligar às transformações nas periferias brasileiras em geral.

Parto da noção “geografias da reprodução social” (Gray, 2022; Meehan & Strauss, 2015), que visa ampliar a discussão presente na teoria da reprodução social desenvolvida pelo feminismo marxista (Bhattacharya, 2017; Ferguson, 2020). Com isso, ressalta-se não apenas “qual” é a natureza do trabalho de reprodução, mas também “onde” esse trabalho acontece, enfatizando a (re) produção do espaço nesse processo. Em adição, darei ênfase à processualidade histórica do capital. O capitalismo não pode ser compreendido como um processo sempre idêntico a si mesmo em todos os lugares e ao longo do tempo, mas que carrega em seu próprio desenvolvimento elementos históricos. A fim de captar com maior precisão a processualidade histórica do capital em seu momento contemporâneo de crise, apresento a noção de *reprodução social crítica*² como um aparato categorial que dê conta dessa complexidade, ou seja, que descreva a forma da reprodução social no momento de crise. Assim, neste livro eu discuto a complexa rede de práticas espaciais de reprodução social que se desenrolam em um território periférico.

O modo básico de reprodução social instaurado sob o capitalismo é baseado no salário. Os indivíduos, por motivos de expropriação originária, só podem se reproduzir a partir da mediação com o dinheiro, cujo meio de obtenção passa necessariamente pela venda da força de trabalho. Como lembra Azaïs (2012, p. 167), “historicamente, capitalismo e assalariamento são termos indissociáveis”. Contudo, nos países colonizados que foram submetidos aos expedientes de superexploração da força de trabalho (Marini, 2005), essa relação entre os termos nunca se firmou por completo.

² Aqui, como espero esclarecer ao longo do texto, refiro-me à forma histórica e espacialmente específica da reprodução social sob um contexto de crise.

A vinculação entre capitalismo e assalariamento, anunciada por Azaïs, também possui uma historicidade própria, sendo marcada por tensões e contradições internas às formas sociais do capital importantes de serem ressaltadas. A partir da quarta revolução industrial vemos que esse vínculo se torna cada vez mais desgastado (Kurz, 2014). A crise da sociedade salarial não significou a superação das relações de reprodução mediadas pelo dinheiro.

Assim, busco compreender como, nas periferias, as pessoas acessam o dinheiro em outros tipos de relação que estão fora do assalariamento. Afinal, as periferias são os lugares em que a relação salarial não se consolidou completamente. No atual contexto de crise, como escreve Gago (2018, p. 10), “o salário deixa de ser garantia privilegiada da reprodução”. Analisar a dinâmica de reprodução social nas periferias, portanto, pode ser um meio para compreender os (des)caminhos do capitalismo como um todo. Dessa forma, investigarei aqui os modos de reprodução social da classe trabalhadora sem trabalho.

Acompanhando a trajetória de vida de alguns interlocutores do meu campo, busco ressaltar as várias estratégias de reprodução social da “vida sem salário” (Denning, 2010) que ocorrem nas periferias³ e do modo particular de produção do espaço (Lefebvre, 1974) nesse contexto, que capto com o nome de *urbanização sem salário*. Assim, descrever as *geografias da reprodução social crítica* torna-se um meio de investigar as práticas espaciais que se desenrolam em um território periférico voltadas para as pessoas que já não são mais incorporadas ao mundo do trabalho e do assalariamento, mas dependem da mobilização de recursos financeiros para sobreviver. Como veremos, essas pessoas usam várias estratégias – muitas das vezes combinadas – para sobreviver em meio às adversidades acumuladas.

³ Sobre isso, deve-se ter em conta o que escreve Denning (2010, p.79): “No capitalismo, a única coisa pior do que ser explorado é não ser explorado. Desde os primórdios da economia salarial, a vida sem salário tem sido uma calamidade para aqueles despossuídos dos meios de subsistência”.

Nas minhas inserções em territórios periféricos, chamou-me a atenção a diversidade de estratégias de reprodução existentes nesses territórios, que produzem uma variedade de formas espaciais, ou, se preferir, de *geografias da reprodução social*. No interior dos territórios periféricos, existem diferenças, fronteiras, fraturas e disjunções que, quando consideradas na análise, revelam muito sobre a vida cotidiana nesses espaços e, por consequência, podem oferecer pistas para compreender sua dinâmica social. Para acompanhar essa transformação, parece-me profícuo um olhar crítico sobre a *vida cotidiana*, seguindo as formulações de Henri Lefebvre (2014) para pensar esses territórios.

Estar atento a essa diversidade é fundamental para construir um quadro matizado da realidade periférica. Essa constatação revela um cenário caleidoscópico que deve ser levado em conta para o estudo da complexidade interna das periferias. Como afirma Gray (2022, p. 815), uma perspectiva baseada na composição espacial tem como foco a diferenciação que emerge do processo de produção do espaço e os seus diferentes usos que se inter-relacionam. Por fim, vale dizer que este texto propõe uma reflexão acerca das novas e velhas estratégias de sobrevivência das classes populares em territórios periféricos. Trata-se de centrar nosso olhar nas variações de distintas formas de sobreviver na adversidade que estão se desenvolvendo nas periferias. A população periférica enfrenta essas condições de vida, que produzem o caráter nebuloso de como ainda são descritas as dinâmicas e estratégias da população que sobrevive na adversidade produzida e reproduzida pelo capitalismo periférico – em especial num contexto de colapso da modernização.



Formação e desconstrução do espaço periférico brasileiro

A noção de periferia, construída pela sociologia urbana brasileira, cumpre um papel elucidativo importante, afinal, “as periferias urbanas se desenvolveram no Brasil como o lugar dos trabalhadores pobres e o lugar para os trabalhadores pobres” (Holston, 2013, p. 197). Desse modo, para compreender a formação do espaço periférico brasileiro, parece ser também importante compreender a particularidade da constituição do mundo do trabalho num país periférico e dependente como o nosso.

A formação do mundo do trabalho no Brasil aconteceu a partir de seu engate subalterno e dependente na dinâmica do mercado mundial. O território brasileiro se constituiu historicamente como um espaço para a expansão capitalista explorar recursos naturais e força de trabalho a baixíssimos custos. As formas “atrasadas” de reprodução garantiam a reprodução do contingente para o exército industrial de reserva, e o baixo custo de reprodução da força de trabalho, para o moderno sistema produtor de mercadorias. Segundo o argumento de Oliveira (2003), existe uma “simbiose de contrários” entre relações “não capitalistas” e o próprio desenvolvimento capitalista. Essa dialética garantiu a funcionalização das formas arcaicas de reprodução das pessoas para manter os custos da reprodução do trabalho em um patamar muito rebaixado, permitindo que a economia brasileira continuasse em crescimento.

O processo de modernização brasileira se assentou na reprodução de desigualdades sociais históricas (Cardoso, 2014) que foram traduzidas para a estrutura da cidade, reproduzindo o padrão centro e periferia. Inexiste nos territórios periféricos a condição de se integrar à totalidade concreta do capital que não seja de forma negativa. Por isso, o próprio desenvolvimento nacional teve de se apoiar na superexploração violenta, na inclusão negativa e

na disseminação da precariedade para boa parte da população, mesmo que, cinicamente, o discurso de modernização tentasse apontar para o lado oposto. A miragem de inclusão na formação categorial propriamente moderna do capital exigia uma anteposição legal prefigurativa que garantisse o molde industrial. Segundo Anselmo Alfredo (2013, p. 100), a formalização das legislações de trabalho não pôde produzir a efetiva formação categorial da sociedade capitalista. Essa modernização, promovida pelo desenvolvimento das forças produtivas internas ao Brasil, alavancada por capitais internacionais privados, já se efetivou com tecnologias poupadoras de trabalho vivo no processo produtivo. Essa dispensa de trabalho no interior do processo produtivo está em consonância com a formação negativa do trabalho realizada em território nacional. E, dessa maneira, a periferia nunca se integrou plenamente à forma do trabalho e precisou garantir sua reprodução a partir das formas aparentemente atrasadas, mas que faziam parte das condições de possibilidade da reprodução do capital na escala planetária.

O processo de territorialização e aclimação do capital “cá nos trópicos” dependeu, portanto, de certas práticas para a gestão de uma parcela significativa da população que, supostamente, havia se transformado em sujeitos monetários, mas com as condições de sua existência monetarizada completamente barradas pela própria constituição do mercado que só pôde se realizar num país colonizado de modo negativo.

Diante de uma economia de espoliação (Kowarick, 1979) e de uma estrutura fundiária altamente restrita (Maricato, 1979), as periferias afastadas se tornaram as áreas em que trabalhadores pobres e migrantes em busca de emprego conseguiam se estabelecer. E só o conseguiam na base da autoconstrução de barracos em terrenos que quase sempre eram ilegais e não dispunham da maioria dos serviços e das infraestruturas urbanas. Oliveira (2003) caracteriza essa relação como um dos regimes de trabalho de exploração intensa que permitiram o crescimento econômico

brasileiro, o que o autor chamou de “industrialização dos baixos salários”. Considerando que a indústria não absorveu esses trabalhadores de imediato, a solução foi “transferir o custo da moradia, conjuntamente aos gastos com transporte, para o próprio trabalhador” (Kowarick, 1979, p. 35). Dessa maneira, importa lembrar o argumento de Alfredo (2013, p. 31), para quem a urbanização brasileira, que se constituiu pela expansão das periferias como locus de uma população excluída, superexplorada e precarizada, “foi posta na socialização negativa do trabalho”.

Ou seja, mesmo nos momentos de crescimento das relações capitalistas, como os anos 1950 ou mesmo o período militar, quando a economia brasileira cresceu em ritmos acelerados, a forma de inclusão das periferias só se realizou negativamente⁴, estando sujeita a processos violentos e espoliativos. Conviviam o crescimento econômico e o crescimento da pobreza.

O final do século XX foi marcado pelo fim de um ciclo desenvolvimentista (Schwarz, 1999). A associação que existia entre “trabalho” e “progresso”, que garantia a legitimação da modernidade e era o lastro da consolidação da sociedade do trabalho, entrou em uma crise estrutural.

Christian Azaïs (2012) apresenta a noção de zonas cinzentas do assalariamento para se referir ao “deslizamento ocorrido no acesso ao trabalho entre formas protegidas e desprotegidas” (Azaïs, 2012, p. 168). Segundo o autor, novas práticas de contratação do trabalho embaralham a dinâmica do assalariamento em contratos formais, mas com características do trabalho informal. As zonas cinzentas do assalariamento se referem a “derrogações em relação às normas de emprego até então vigentes e que fazem com que aquilo que, antes, era tido como atípico passe a se tornar norma corriqueira” (Azaïs, 2012, p.175) e que passam a configurar os mercados contemporâneos, em um franco processo de precari-

⁴ Tratei sobre a centralidade negativa do trabalho na formação nacional brasileira em meu livro *Brasil-Catástrofe: constelações da destruição que estamos vivendo*. Ver Canetti (2023b).

zação do trabalho (Braga, 2017). Contudo, da perspectiva em que construo meu foco analítico, deter-se nas zonas cinzentas do assalariamento trabalhadas por Azaïs (2012) é insuficiente para compreender a tendência contemporânea. O trabalho precário que parece se disseminar nessas zonas cinzentas é a forma necessária que o próprio trabalho deve assumir no momento da crise. O ponto que eu gostaria de salientar aqui é o seguinte: a tendência imanente do capital é o aprofundamento da crise do capital decorrente de seu limite interno absoluto (Kurz, 2014) e, dessa maneira, a tendência é a produção de uma “vida sem salário” (Denning, 2010).

Em vez de absorver cada vez mais pessoas sob o manto da inclusão no mundo do trabalho formal, o que observamos é uma separação crescente entre o avanço técnico e a capacidade de absorção de força de trabalho (Kurz, 2014). A elevação da composição orgânica do capital produz um enorme excedente populacional, que não é mais mobilizável para os fins da produção, configurando não mais uma população excedente relativa, mas absoluta (Canettieri, 2020). Trata-se de um indelével “colapso da modernização”, na expressão de Kurz (1993), resultado da combinação entre desenvolvimento das forças produtivas, racionalização da produção, salto de produtividade e ficcionalização de um dinheiro sem valor. Como descreve Schwarz (1999), a principal fonte de sofrimento na aurora do século XXI — que vem se confirmando ano após ano — não é a exploração capitalista do trabalho nem a experiência inautêntica de um consumo dirigido. Na verdade, é a ausência de ambos. Em suas palavras, “o sistema da mercadoria moderna chegou ao fim, e com ele a subjetividade burguesa do dinheiro, porque esse sistema, na área da produtividade, passou de seus próprios limites e já não consegue integrar a sua lógica à maioria da população mundial” (Kurz, 1993, p.197). Todavia, é preciso pontuar: chegar ao fim não significa terminar por completo. É possível a perpetuação da sociabilidade colapsada, reproduzindo-se, *ad infinitum*, num cenário ruiforme, soterrada pelos escombros do que uma vez foi o sonho da modernização.

A crise, ainda, rompeu a associação – quase automática – que existia entre “trabalho” e “progresso”. A bem da verdade, tanto a forma moderna do trabalho como o progresso propriamente dito nunca se estabeleceram por aqui. Mesmo assim, durante muito tempo, era o trabalho que funcionava como um atrator de expectativas, mesmo que evanescente. Foi no “fim de século” (Schwarz, 1999) que a situação começou a mudar. Como argumenta Feltran (2011, pp. 32-33), os anos 1990 e 2000 indicaram uma crise generalizada: “Crise do emprego formal, do trabalho, do projeto de ascensão social, dos movimentos sociais, da família”. Roberto Schwarz (1999), ao olhar para o “fim do século” brasileiro, percebeu que o país passava pelo que chamou de “desagregação do desenvolvimento”. A sociedade não é mais regulada pelo horizonte de expectativas de inclusão no mundo do trabalho. Para a geração dos anos 1990, essas crises já eram “parte constitutiva da realidade” (Feltran, 2011, p.33) e conformavam os modos de vida, obrigando a uma “atualização” das formas de sobreviver na adversidade.

Como cunhou o nosso presidente-sociólogo, trata-se de “inempregáveis”⁵ que estão concentrados nas áreas periféricas das metrópoles brasileiras. Assim, a população periférica vive de todos os tipos de trabalho marginal, informal, frequentemente à margem da legalidade e, não raro, exposta a toda sorte de periculosidade.

Mesmo o curto e limitado momento de otimismo entre 2005 e 2013 é revelador do esboroamento do trabalho no Brasil. Nesse período, apesar da histórica formalização do emprego e da baixa recorde na taxa de desemprego (4,6% em dezembro de 2012), o trabalho seguia seu curso de erosão. Quase 95% dos novos empregos criados na primeira década do século XXI não ultrapas-

⁵ A expressão foi cunhada por Fernando Henrique Cardoso em 7 de abril de 1997: “O processo global de desenvolvimento econômico cria pessoas dispensáveis no processo produtivo, que são crescentemente ‘inempregáveis’, por falta de qualificação e pelo desinteresse em empregá-las”.

saram 1,5 salário-mínimo (Pochmann, 2014). Em 2014, quase a totalidade dos novos postos de trabalho estavam nessa faixa de renda (Braga, 2017). Nessa mesma década, a taxa de rotatividade do trabalho aumentou cerca de 10%, em especial entre aqueles que ganhavam menos. A maioria desses empregos foi gerada no setor de serviços, principalmente aqueles mais precários (Antunes, 2018, p. 156). A classe trabalhadora brasileira, mesmo com o boom de criação de empregos formais, isto é, no breve interregno entre 2004 e 2008, continuou oscilando entre o improvável acesso a um emprego estável e a inevitável viração.

Rizek (2006) descreve como as periferias passaram historicamente ao longo do trabalho fabril e se inseriram em “uma zona cinzenta de informalidades, ilegalidades e suas negociações com as múltiplas faces da viração”. Essas múltiplas faces da viração, no entanto, não deixam de refletir a condição precária a que estão submetidos os “viradores”. A viração pode ser descrita, conforme Abílio (2018, p.15), como oportunidades de geração de renda que se fazem próximas e distantes da categoria emprego e que envolvem trânsito acelerado entre o formal e o informal, os bicos, o empreendedorismo e até mesmo as atividades que apresentam certa indiscernibilidade entre o que é e o que não é trabalho. Assim, torna-se ausente uma “identidade profissional estável e definida”.

Essa condição de reprodução dos trabalhadores sem trabalho é resultante da crise imanente do capital. Desse modo, buscam “sobreviver na adversidade”, como define Hirata (2017). Para tanto, mobilizam várias experiências e estratégias para enfrentar dificuldades que se acumulam nos territórios periféricos, mas que envolvem não apenas formas de subsistência, mas também um conjunto de elementos simbólicos que conformam as ideias de respeito e dignidade.

Vale ressaltar que, no contexto da reprodução social em territórios periféricos, os limiares que separam “trabalho” e “reprodução” são borrados e confusos (Rizek, 2006). Diante da ausência de meios para garantir o próprio sustento para a família

por meio de empregos regulares, a casa nas periferias, espaço da reprodução familiar, é convertida em um espaço produtivo para complementação da renda e para o autoprovimento de meios de reprodução da força de trabalho (Machado da Silva, 2018; Rizek, 2010). Deve-se salientar que, nessa situação, a esfera doméstica da reprodução do trabalhador só é aparentemente mais afastada do domínio do capital. De tal forma, as periferias não são apenas “dormitórios” para os trabalhadores que se deslocam até o centro, mas também um território sob a dominação do capital, só que incluído negativamente na totalidade concreta do capital.

O atual estágio do “desenvolvimento” capitalista é marcado pela sua crise imanente. A dinâmica tautológica do capital produz um enorme excedente populacional que não é mais mobilizável para a valorização do valor. Essa é a razão para a generalização da precarização do trabalho, formal ou informal (na verdade, parece haver um deslocamento do primeiro em direção ao segundo⁶). É exatamente o esgotamento da sociedade salarial que produz a miragem do otimismo da empregabilidade: contrata-se de forma cada vez mais precarizada. Ou seja, a nova morfologia do trabalho é resultado da dessubstancialização do capital e de sua crise absoluta.

Se a reprodução social periférica se baseou historicamente em uma “inclusão negativa”, que mantinha a noção de trabalho como um polo atrator das expectativas e que dava régua e compasso para as relações sociais, a virada do século XX para o século XXI fez a geração nascida nesse período conviver com a realidade da crise. Seus modos de vida já foram conformados pela presença dela, o que obrigou a reconfiguração das alternativas de reprodução social nas periferias, levando a uma atualização das fórmulas da sobrevivência periféricas.

⁶Esse movimento, por sua vez, foi assim sintetizado pelo então presidente-capitão: “A legislação trabalhista vai ter que se aproximar da informalidade”. A frase foi dita em uma reunião com deputados no dia 12 de dezembro de 2018.



Sobre a reprodução social nas periferias

Refletir sobre a reprodução social é uma necessidade para quem busca compreender as dinâmicas sociais que garantem a continuidade do sistema capitalista, indo além da mera análise da produção de bens e serviços. Em linhas gerais, a reprodução social se refere ao conjunto de processos que permitem a manutenção e a perpetuação da vida social em todas as suas dimensões. Isso inclui desde a reprodução biológica até a reprodução das relações sociais, das instituições e dos valores que sustentam o sistema. A teoria marxista, ao enfatizar a importância das relações de produção, contribui para uma análise mais profunda desses processos, evidenciando como a reprodução da força de trabalho e das condições de vida é essencial para o funcionamento do capitalismo.

Bhattacharya (2017) define a reprodução social como o conjunto de atividades e instituições necessárias para gerar, sustentar e garantir a sucessão de gerações. A organização da sociedade para cumprir esse conjunto de atividades é necessariamente histórica. Trata-se de abordar diretamente formas sociais que não são formas remuneradas de trabalho, mas que desempenham papel fundamental para a reprodução de toda a sociedade. Por exemplo, mesmo que o trabalho doméstico feminino seja condição para a existência do capitalismo (Federici, 2018), ele não é incorporado enquanto uma forma social propriamente capitalista, isto é, não está no interior da forma social do trabalho⁷. Dessa maneira, as práticas de reprodução social são marginalizadas em um duplo sentido: tanto pela desconsideração e invisibilização desse processo quanto no sentido de ocorrerem fora

⁷ Vale notar que, entretanto, o debate em torno da reprodução social não se limita ao trabalho doméstico. O debate sobre este último teve uma grande centralidade no debate do feminismo, referindo-se às atividades reprodutivas desempenhadas por mulheres – mães, esposas e filhas – no interior da esfera familiar e que garantem sua reprodução. Para essa tradição, o trabalho doméstico seria a raiz da opressão da mulher no patriarcado produtor de mercadoria. Sobre isso, ver Vogel (2022).

dos marcos propriamente capitalistas. Contudo, as práticas de reprodução social são essenciais para a continuidade e a reprodução da sociedade capitalista.

Para evitar mal-entendidos, a noção de reprodução social possui um perímetro de abrangência superior à noção de “reprodução de força de trabalho”, como aparece na teoria de Marx (2013). Como destaca Katz (2019, p. 440), a reprodução social permite compreender diferenças internas às classes sociais, demonstrando que os tipos de reprodução social dependem de diferenças no interior da divisão social do trabalho ou das diferenças de gênero.

Aqui, sigo a formulação de Katz (2008; 2019) sobre as práticas materiais de reprodução social, um conceito central que ajuda a engajar criticamente com a própria continuidade do capitalismo em seu cotidiano e que está sendo desenvolvido principalmente pela tradição crítica do feminismo marxista (Bhattacharya, 2017; Ferguson, 2020; Hall, 2020).

De acordo com Katz (2008), o conceito de reprodução social abrange as amplas práticas sociais materiais que sustentam a produção da vida social em todas as suas variações:

É a matéria da vida cotidiana, bem como as forças estruturadoras que constituem qualquer formação social. Sua temporalidade é ao mesmo tempo diária, geracional e de longa duração. Sua espacialidade é igualmente variada; não possui uma escala única, como o lar ou a comunidade, mas sim está vinculada dialeticamente à produção em todos os lugares. Não é redutível ao consumo, à ideologia ou à formação da força de trabalho, mas abarca todos esses elementos e muito mais em uma conglomeração fluida de práticas sociais materiais realizadas por atores sociais em múltiplos contextos sociais associados ao Estado, ao local de trabalho, ao lar e à sociedade civil (Katz, 2008, p. 18).

O conceito de reprodução social permite compreender um processo de dupla face: por um lado, refere-se às dinâmicas de

reprodução biológica e social dos indivíduos e, por outro, pode também abordar a reprodução das dinâmicas sociais. Ambos produzem formas espaciais que podem ajudar a entender as dinâmicas reais do capitalismo.

O capitalismo deve ser entendido como uma forma historicamente determinada de mediação social condicionada por um imperativo: “Vender seu tempo de trabalho por um preço; incorporar seu tempo de trabalho nas mercadorias; consumir mercadorias” (Perlman, 1970, p. 347). Desde as sucessivas rodadas de acumulação primitiva descritas por Marx (2013), a sobrevivência dos despossuídos passa pela venda da força de trabalho para, em troca, receberem dinheiro e, com esse dinheiro - fundamento da mediação social sob o capital - comprarem mercadorias para satisfazer às necessidades.

Mesmo nesse esquema clássico de reprodução social baseada na troca de mercadorias, a teoria feminista descreve que uma série de atividades reprodutivas são mantidas fora das relações assalariadas (Federici, 2021; 2018; Battacharya, 2017). Olhando para esse contexto, Roswitha Scholz (1996, p.18) argumenta que as atividades de reprodução, mesmo estando fora das relações assalariadas, não são estranhas à forma do valor. Se, por um lado, o conjunto das atividades imputado às mulheres (administração do lar, educação dos filhos, alimentação, “convívio social”, entre outras) é exterior à socialização do valor, por outro, é um elemento intrínseco e determinado pela forma-valor. Dessa maneira, explica a autora, a constituição do valor tem uma origem dissociada, ou seja, uma natureza sexualmente específica.

Como assevera Henri Lefebvre (2014), é no âmbito da vida cotidiana que se reproduzem as relações sociais de produção, isto é, a própria reprodução do capitalismo. Entretanto, a reprodução do capitalismo não é a sua constante reposição. Como vimos, sua dinâmica desmedida é propensa ao aprofundamento de sua crise imanente.

Isso significa pensar a processualidade histórica da forma do valor. Em seu momento contemporâneo, marcado pela crise

absoluta (Kurz, 2014), como a dissociação espacial do valor se manifesta? Vimos, na seção anterior, que a penetração da forma social do capital no Brasil produziu o efeito de organizar toda a sociedade de acordo com suas premissas, ainda que a maior parte da população não conseguisse passar pelo buraco de agulha dessa forma social. Ainda, o contexto de crise contemporânea erode ainda mais essa forma social, ao mesmo tempo em que a perpetua, de maneira fetichista, como critério de socialização, representando um novo conteúdo para a dissociação espacial do valor (Canettieri, 2020).

Como argumentado anteriormente, o contexto contemporâneo é marcado por uma crise do capital que produz uma dissolução das formas sociais historicamente constituídas. A dinâmica da reprodução social contemporânea das periferias ocorre majoritariamente por intermédio de uma série de “gambiarras”, “virações”, e de uma complexa malha de práticas sociais que ultrapassam a socialização do valor, mas que ainda estão submetidas ao seu imperativo decadente, isto é, completamente monetarizadas. Diante da inexistência de garantias da reprodução social baseada na socialização do valor, a classe trabalhadora encontra meios de garantir essa reprodução, ainda que de maneira precária: a *reprodução social crítica*.

Tomo como ponto de partida a realidade de crise imposta pela dinâmica autônoma do capital. O capital, entendido como um movimento cego em busca incessante de sua autovalorização, destrói seus próprios fundamentos e as formas sociais de sua existência (Kurz, 2018; Kurz, 2014). Em seu movimento iminente, produz sua própria crise intrínseca.

Se o valor é a substância do capital e seu movimento de valorização a razão de ser desse sistema, sua própria efetividade só pode ocorrer sob uma dialética irreconciliável: para que a valorização ocorra, a exploração da força de trabalho viva é necessária. No entanto, devido ao imperativo desse sistema de sempre expandir a base dessa valorização a partir da competição entre

capitais individuais, é forçado a expandir a composição orgânica do capital e, conseqüentemente, a expulsão da força de trabalho viva dos circuitos produtivos por meio da incorporação de ciência e tecnologia economizadoras de trabalho. Em outras palavras, o capital, em sua busca incessante por valorização, cria as condições para sua própria destruição. A crise do capital é, portanto, uma crise estrutural, inerente ao próprio sistema.

Essa crise se manifesta de diversas formas, como a queda da taxa de lucro, o aumento do desemprego, a pauperização da classe trabalhadora e a intensificação da exploração. A crise do capital é também social, pois afeta diretamente a vida das pessoas. Ela, aqui, não é entendida apenas como de reprodução social e cuidado (Katz, 2008; Meehan e Strauss, 2015; Fraser, 2016). A crise do capital como ênfase serve para compreender como as formas historicamente determinadas de reprodução social (em seu duplo sentido: biológico e societal), dependentes do assalariamento, começam a se erodir. Esse processo, entretanto, não implica a superação da socialização baseada na mercadoria. Desse modo, produz-se uma enorme massa de indivíduos que são convertidos em sujeitos monetários sem dinheiro (Kurz, 1993), ou seja, sua existência sendo dependente do acesso ao dinheiro, mas as condições objetivas de realização desse princípio são bloqueadas.

Assim, neste livro meu foco principal são as estratégias de sobrevivência que os pobres urbanos mobilizam para reproduzir a vida sem salário (Denning, 2010). Com a noção de reprodução social crítica, quero buscar compreender sobretudo os meios de reprodução da classe trabalhadora sem trabalho e, como, nesse mesmo processo, mantém-se no invólucro das formas sociais capitalistas.

Então, esse processo de crise adicionou uma nova camada ao problema da reprodução social, especialmente em territórios periféricos. Afinal, as periferias são o lugar onde as contradições do capitalismo mostram-se mais evidentes. A forma-trabalho nunca

foi completa em territórios periféricos, e as pessoas são obrigadas a organizar de maneira complexa como acessam dinheiro para sobreviver e reproduzir-se na sociedade de mercadorias. A crise torna essa situação ainda mais aguda, pois se desenvolve como uma erosão das formas sociais historicamente determinadas de mediação social e, assim, é constantemente remendada por outras práticas de reprodução. Esse remendo revela um complexo repertório de estratégias de reprodução social em crise, que chamo de reprodução social crítica.

Investigar a complexa rede de reprodução social em territórios periféricos é fundamental para compreender as dinâmicas contemporâneas da reprodução do capital em crise e as dinâmicas sociais que se desenvolvem a partir dela. Uma compreensão do lugar ocupado pelas periferias na reprodução das relações capitalistas requer destacar um caráter peculiar, ou seja, o fato de sua inserção na totalidade concreta do sistema capitalista ocorrer por meio da exclusão das formas básicas da sociabilidade do valor. Chamo isso de processo de “integração negativa”.

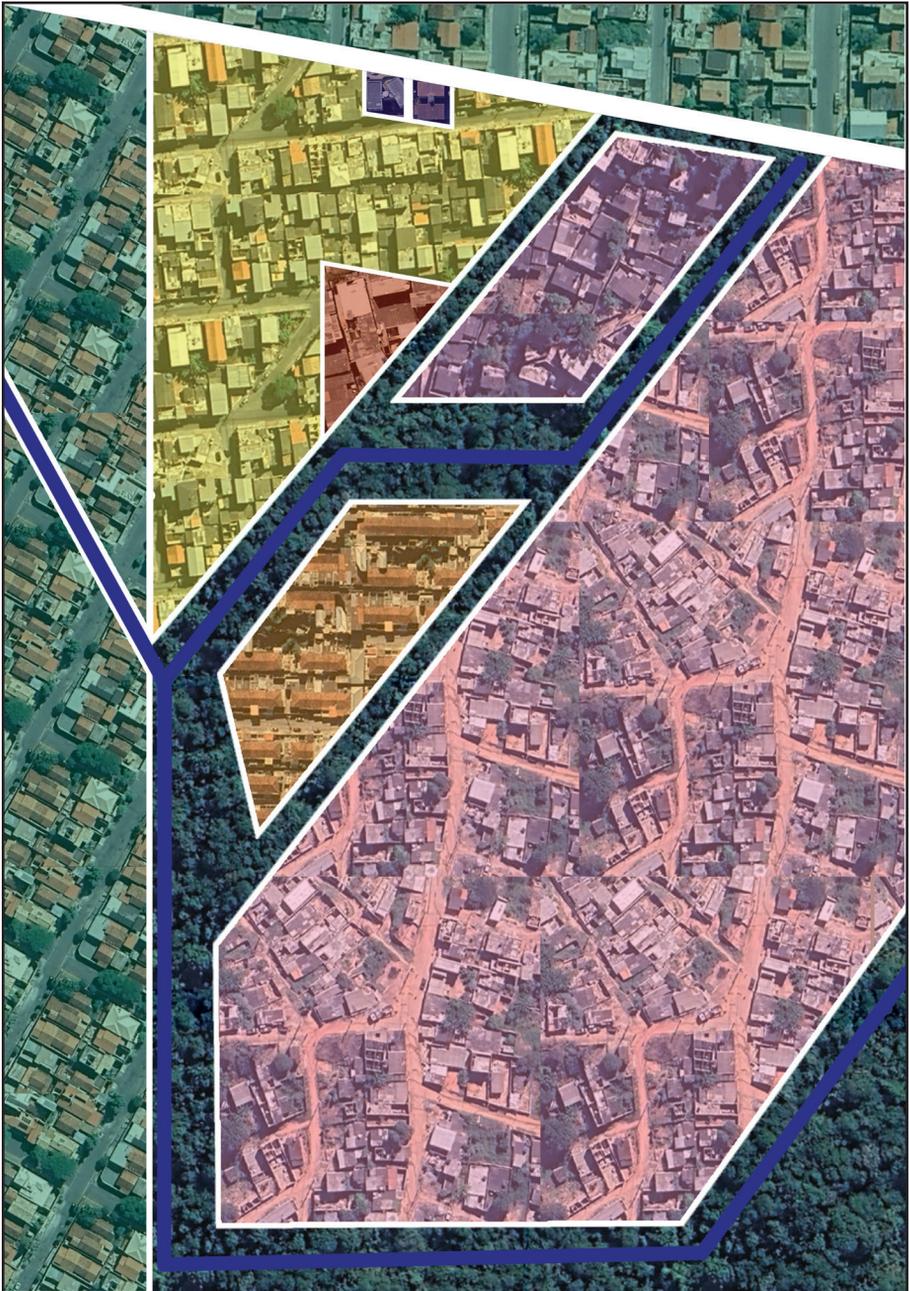
Numa dinâmica social desse tipo, trata-se de reconhecer a forma de designação da expressão negativa da totalidade concreta do capitalismo sob a qual ocorre a inserção de uma determinada população na periferia do capitalismo. A precariedade, não só a laboral⁸, comporta hoje um amplo espectro de situações nas

⁸ Faço essa ressalva porque boa parte da produção intelectual que se vale dessa categoria a utiliza para analisar o mundo do trabalho. Embora tenha contribuições relevantes para conhecer essa realidade, não a utilizo aqui no mesmo sentido. Meu interesse é enfocar um amplo processo social de decaimento das condições de vida impedidas de serem acessadas e desenvolvidas pela maioria dos indivíduos expulsos das formas básicas de sociabilidade capitalista. Assim, não é do meu interesse tratar a precariedade, como faz Ruy Braga (2017), ao entendê-la como uma “dimensão intrínseca ao processo de mercantilização do trabalho” a partir da definição de um patamar de renda, tampouco uso o termo restrito à perda de direitos e inovações jurídico-legais que intensificam a exploração do trabalho, como faz Antunes (2018). Da mesma maneira, não é meu interesse seguir o trabalho de Guy Standing (2013), que entende a precarização como a condição de um emprego incerto, de baixa renda e com baixos níveis de segurança e como uma falta de identidade segura baseada no trabalho. Meu interesse no uso da expressão precariedade é designar uma condição específica, embora presente desde muito tempo nas periferias, que marca a reprodução material da vida em diferentes graus de intensidade e de diversas maneiras.

quais os sujeitos se encontram nesse momento do colapso da modernização. Nessas condições, a destruição e a decomposição das formas sociais historicamente constituídas fazem aparecer formas regressivas e precárias de reprodução da vida.

A vida cotidiana assume o formato que o movimento estrutural, em sua contradição própria, produz (Lefebvre, 2014). Sendo assim, se a crise do capital se aprofunda, é coerente conceber que as dinâmicas de reprodução social se alteram.

A reprodução social periférica no contexto de crise não se restringe apenas à reprodução da força de trabalho, mas é uma forma de reprodução social crítica que já não é mais absorvida pelos circuitos produtivos como força de trabalho. Entretanto, ao mesmo tempo, por um lado, o imperativo da reprodução fictícia do capital se impõe a essas pessoas; por outro, o critério da socialização do valor, mesmo erodido, ainda se perpetua como índice de sociabilidade. É até esse entremeio conflituoso, complexo, que a análise crítica deve descer: o terreno oculto da reprodução social periférica.



LEGENDA

- | | |
|--|--|
|  loteamento público |  loteamento privado |
|  favela |  fronteira |
|  conjunto habitacional horizontal |  limite municipal |
|  conjunto habitacional vertical |  curso d'água |
|  ocupação urbana | |

obs: esta é uma representação fictícia do espaço, sem norte e de escala irreal, que busca manter a área de estudo sem identificação mas permitir que sejam apreensíveis ao leitor as relações sócio-espaciais existentes.

Um território de urbanização periférica

Nossa área de estudo situa-se numa região de urbanização periférica, já na borda da capital mineira. De acordo com os dados preliminares do censo de 2022, o local conta com 6.913 habitantes. Trata-se de um bairro típico da periferia, ocupado por classes populares, configurando uma área de baixa renda. Nela estão, lado a lado, conjuntos habitacionais produzidos como loteamento, casas geminadas e prédios, processos de favelização e ocupações urbanas recentes. Todos esses elementos indicam uma alta heterogeneidade nas formas de ocupação do espaço.

Conforme a representação, coexistem, lado a lado, um loteamento público resultado de um processo de ocupação (indicado em amarelo); uma favela residual do primeiro processo de ocupação (indicada em vermelho); três conjuntos habitacionais construídos pelo poder público, sendo um horizontal (indicado em laranja) e dois verticais (indicados em roxo); duas ocupações urbanas recentes de sem-teto que autoproduzem seus territórios (indicadas em rosa); além de dois loteamentos privados (indicados em verde), sendo um deles (o localizado mais acima) em outro município. Como descrito, é possível observar na área de estudo diferentes realidades superpostas umas às outras.

A ocupação da área de estudo remonta a meados da década de 1970, quando ainda era uma ocupação rarefeita. Contudo, nos anos seguintes, essa ocupação se ampliou, pois o vetor de crescimento da capital mineira naquela direção conduziu a criação de novos loteamentos privados. Essa região está no limite municipal de Belo Horizonte e, hoje, já se encontra conurbada com o município vizinho.

A partir de 1990 a área foi também objeto de intervenção da política municipal habitacional, com a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel) produzindo um loteamento público no local para acomodar pessoas reassentadas de áreas ocupadas,



Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

áreas de risco ou locais que receberam intervenções para obras públicas. A região do loteamento é proveniente de terrenos de propriedade municipal, desapropriados para fins habitacionais. O loteamento naquele momento contemplou cerca de 350 famílias, em lotes de 160 metros quadrados. Por quase três anos, as famílias destinadas à região pela política pública viveram em barracos de lona e madeirite distribuídos pela prefeitura, enquanto aguardavam as casas de alvenaria que seriam construídas pela Urbel. Essas casas eram de “quatro cômodos”, isto é, quarto, banheiro, sala e cozinha. As unidades produzidas tiveram a titulação transferida aos beneficiários pela prefeitura.

Com essas intervenções públicas ocorrendo, e a frequente presença de técnicos da prefeitura, correu o boato na região de que o prefeito estaria “dando casas” para as pessoas. Famílias que não estavam cadastradas para a política habitacional implementada também se instalaram em barracas improvisadas na mesma área. Eram pessoas que viviam no entorno, em geral pagando aluguel, viram uma oportunidade e passaram a ocupar um pedaço de terra residual. Entretanto, esse grupo não estava contemplado na política habitacional e não recebeu as casas de alvenaria. Dava assim origem a um pequeno processo de favelização no entorno do loteamento público, que ficou conhecido como “favelinha”. Essa favelinha se constituiu entre 1994 e 1995 e nesse momento abrigava cerca de 70 pessoas, a maior parte vivendo em barracões de madeira e lona. E foi nesse local que ocorreu um acidente em 1997, ficando essas pessoas desassistidas pela política habitacional. Um problema com fogão a lenha provocou um incêndio de proporções consideráveis, e muitas famílias perderam tudo o que tinham, mas muitas delas atingidas pelo acidente acabaram voltando a residir no mesmo local, onde se consolidou uma favela residual que se mantém até hoje.

Entre 1998 e 2003, a prefeitura realizou a construção de três conjuntos habitacionais de interesse social na região. O primeiro foi um conjunto horizontal de casas geminadas com 120 unida-

des organizadas em sete quadras. Os outros dois foram conjuntos verticais, de quatro andares e 16 unidades por prédio. Esses três conjuntos foram destinados a famílias inscritas no cadastro da Política Municipal de Habitação e os imóveis produzidos foram objeto de regularização fundiária, ocorrendo a transferência da propriedade do terreno aos moradores.

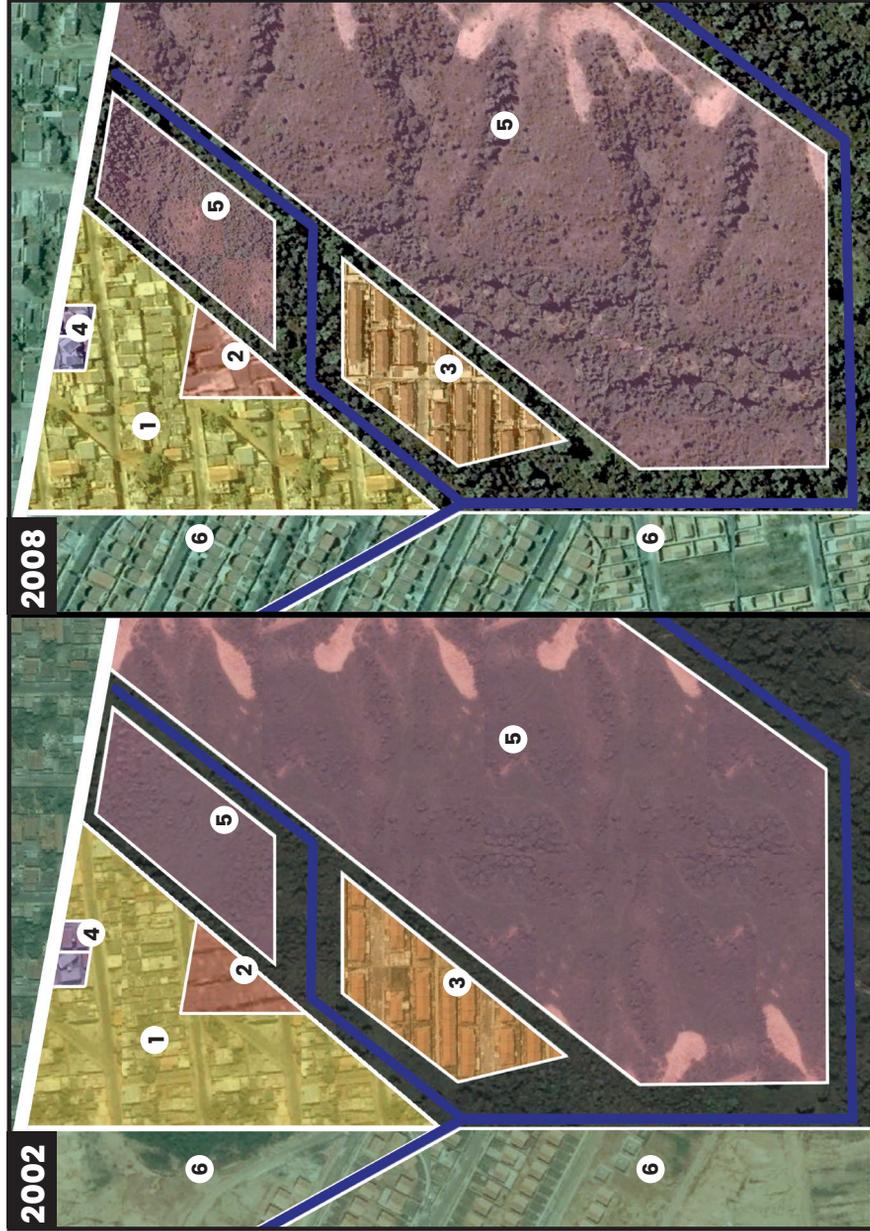
Mesmo com as intervenções públicas produzindo unidades habitacionais, a demanda por moradia no local era muito grande. Em 2011, iniciou-se uma nova ocupação urbana na região, em uma área vizinha àquela favelizada. Esse é um terreno muito íngreme que termina num fundo de vale. A área acidentada e de difícil acesso não foi impeditiva para as construções, algumas improvisadas em madeira e lona, outras em alvenaria. Os moradores da área são, em geral, famílias que viviam em situação de déficit habitacional, em especial com ônus excessivo de aluguel. Trata-se de uma região de risco, em especial na época de chuvas. Uma parte das famílias foi removida pela prefeitura, suas casas foram demolidas para evitar novas ocupações e hoje estão inscritas na política de bolsa-moradia. As pessoas que ainda vivem na área de ocupação estão entre as mais pobres e com as condições mais vulneráveis da capital.

Em 2013, numa área de mata, iniciou-se uma nova ocupação urbana na região. É o território de maior abrangência espacial e o mais recente. As primeiras casas foram construídas com materiais precários, mas rapidamente houve uma explosão de famílias ocupando a área e, hoje, existem mais de 2.000 famílias. É uma região que conta com uma mobilização política muito intensa, pois as pessoas passaram por sucessivas tentativas de despejo, e atualmente está em andamento um processo de regularização fundiária.

LEGENDA

- 1 loteamento público
- 2 favela
- 3 conjunto habitacional horizontal
- 4 conjunto habitacional vertical
- 5 ocupação urbana
- 6 loteamento privado
- == fronteira
- == limite municipal
- curso d'água

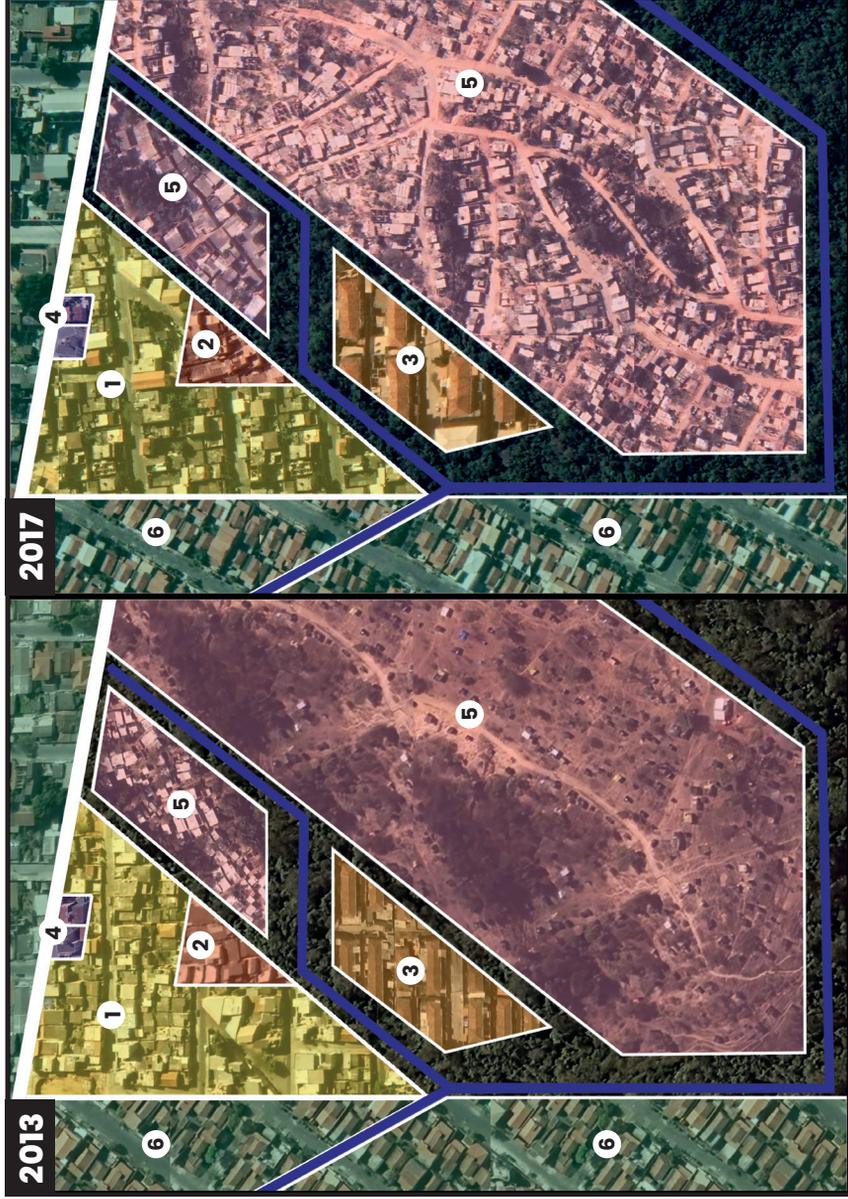
Obs.: esta é uma representação fictícia do espaço, sem norte e de escala irreal, que busca manter a área de estudo sem identificação, mas permitir que sejam apreensíveis ao leitor as relações socio-espaciais existentes.



LEGENDA

- 1 loteamento público
- 2 favela
- 3 conjunto habitacional horizontal
- 4 conjunto habitacional vertical
- 5 ocupação urbana
- 6 loteamento privado
- fronteira
- limite municipal
- curso d'água

Obs.: esta é uma representação fictícia do espaço, sem norte e de escala irreal, que busca manter a área de estudo sem identificação, mas permitir que sejam apreensíveis ao leitor as relações sócio-espaciais existentes.



Tomando a área de estudo descrita aqui, é possível perceber diversos elementos-chave para compreensão da urbanização periférica. Refiro-me, sobretudo, ao desenvolvimento dado por Teresa Caldeira (2017). A autora ressalta como nas cidades do chamado Sul Global, a urbanização que ocorre em territórios de periferia é produzida pelos próprios residentes, não só suas casas, por regime de autoconstrução, mas também os bairros. O que não significa uma produção clandestina ou em isolamento, mas uma combinação complexa e transversal de lógicas oficiais e não oficiais⁹.

Caldeira (2017) argumenta que esse modo de produção do espaço constrói uma agência popular sobre o território marcada por uma temporalidade lenta. Conforme observado em campo, a autoconstrução é um procedimento recorrente, pois mesmo quando a prefeitura constrói as habitações, as casas frequentemente passam por diversas reformas empreendidas pelos próprios moradores, transformando-as de acordo com suas necessidades. A autoconstrução é um pilar fundamental na urbanização das periferias, conferindo aos seus habitantes a capacidade de moldar ativamente o espaço urbano (Maricato, 1979; Holston, 1991; Caldeira, 2017; Streule et al. 2020). A autoconstrução, ressalta Holston (1991), envolve improvisações que transformam o ambiente construído de modo que a casa se adeque às dinâmicas familiares.

Como observado, há uma imensa heterogeneidade no interior de um território periférico. Coexistem diferentes paisagens no território, resultantes de diversas formas de produção do espaço: com maior ou menor integração ao Estado; com maior ou menor formalização. Trata-se, portanto, de tipologias espaciais distintas que estão justapostas nesses territórios. Caldeira (2017, p. 10) ressalta como a produção do espaço pela urbanização

⁹Campos, Vasconcelos e Bahia (2024) discutem como as famílias negociam com essas lógicas e as propriedades imobiliárias transitam entre o formal e o informal.

periférica “gera espaços urbanos heterogêneos”, conformando paisagens diferenciadas, pois confluem as diferentes lógicas. Lado a lado, como é o caso da área de estudo, podem coexistir produções habitacionais do Estado, do mercado formal e da autoprodução por meio de ocupações.

Como será abordado nos próximos capítulos, essas diferenças não estão apenas expressas no espaço, mas também constituem regimes de normatividade, dinâmicas de vida cotidiana e estratégias de reprodução particulares. Entretanto, a separação é apenas um primeiro momento. Ao mergulhar nos casos estudados, veremos como existe uma circularidade entre as diferentes posições no espaço, um atravessamento de diversos regimes normativos, uma complementaridade entre as várias dinâmicas de vida cotidiana e uma continuidade entre as estratégias de reprodução. Se há fronteiras que separam, também há porosidades que permitem o seu atravessamento.

Ademais, esse complexo emaranhado de territórios periféricos, com uma multiplicidade de formas que coexistem a partir de relações próprias ao tipo de urbanização, é circundado por loteamentos privados produzidos no começo dos anos 2000. Esses são voltados para o mercado imobiliário formal (ainda que periférico) e envolvem a produção de unidades domiciliares unifamiliares já contempladas com infraestrutura urbana.

O loteamento público produzido foi uma ocupação “pioneira” daquele espaço. A forma de luta do associativismo de bairro garantiu o acesso dessa população a direitos e à infraestrutura urbana¹⁰. O loteamento privado, que chega alguns anos mais tarde, aproveita-se da expansão da infraestrutura urbana e do atendimento por serviços públicos e pelo forte eixo de crescimento

¹⁰ Importante ter em consideração que, como argumenta Holston (2013), a forma de associação de bairro nas periferias produziu não só os bairros periféricos e os locais de moradia dos pobres urbanos, mas formou esse grupo social como sujeitos de direito.

urbano que se estabeleceu nessa região da cidade e se instalou no entorno.

Pelas representações esquemáticas da ocupação do território desde o início do século é possível identificar as mudanças que ocorreram na área de estudo. Em todas elas, é possível observar maior adensamento construtivo junto a uma verticalização de baixa intensidade. Tal acontecimento resulta dos já explorados meios de sobrevivência no espaço, aqui representados pela expansão dos limites das edificações, seja por meio de “puxadinhos” horizontais ou verticais que podem ter múltiplos usos, tais como: complementação de renda por inserção de parte do imóvel no mercado imobiliário informal ou formal, aumento da família com a criação de mais núcleos ou abertura de um comércio próprio como fonte de renda.

DISTRIBUIDORA
DE FERRO e AÇO
VERGALHÃO
8mm 2690
ST. LUZI - LONDEIRA

330



Geografias da reprodução social crítica nas periferias

Na “viração”, na “correria”, entre uma “fita” e outra, pulando de “bico” em “bico”, pegando um “frila”, “batalhando, graças a Deus” e “lutando para sobreviver”: assim é a reprodução social crítica nas periferias. Estratégias de *reprodução social crítica* que são mobilizadas pelas pessoas nesses locais para sobreviverem. Essas práticas de reprodução social crítica na periferia do capitalismo envolvem a mobilização de diferentes estratégias que transitam nas tênues fronteiras entre o legal e o ilegal, entre o formal e o informal (Telles, 2011).

Essa realidade descrita possui no Brasil um profundo recorte de raça. Como é ressaltado nos importantes escritos de Clóvis Moura (2019, p.30), o desenvolvimento nacional se baseou na constituição de vários “[...] mecanismos de barragem étnica que foram estabelecidos historicamente contra ele [o negro urbano brasileiro] na sociedade branca”. Trata-se de um bloqueio que impede a inclusão social e o reconhecimento do negro como um sujeito portador de direitos através de “inúmeros mecanismos e subterfúgios estratégicos” e que coloca “essa grande massa negra [...] como o rescaldo de uma sociedade que já tem grandes franjas marginalizadas em consequência da sua estrutura de capitalismo dependente, é rejeitada e estigmatizada” (Moura, 2019, p. 31).

Práticas de reprodução social para além do momento exclusivo do trabalho assalariado se desenrolam historicamente nas periferias. Kowarick (1979) resalta as várias práticas de solidariedade e reciprocidade em atividades reprodutivas nas periferias, a maioria desempenhada por mulheres. Iniciativas como apoio familiar, participação em mutirão de autoconstrução e produção de hortas coletivas são algumas dessas ações. De maneira sintética, essas formas de reprodução correspondem, segundo Machado da Silva (1982, p. 95), “a um momento

de intensificação da exploração, uma de cujas características é justamente a ausência da atividade mediadora do Estado”. Ou, mais precisamente, não raro a ação do Estado produz efeitos de agudizar ainda mais a condição de precariedade a que as camadas periféricas estavam submetidas.

Ainda que esse cenário sofresse uma relativa transformação no contexto da redemocratização brasileira, com uma significativa - porém insuficiente - expansão do Estado como provedor de políticas públicas em direção às periferias, boa parte dessa intervenção não implicou em uma redução significativa nos abusos e nas restrições que a população periférica sofre. Marca disso é exatamente a presença violenta do Estado nesses territórios por meio do seu braço armado (Richmond et al. 2020).

Essa forma histórica e espacialmente específica de reprodução social se desenvolve exatamente no momento de impossibilidade da sociedade salarial que, decorrente das contradições do capital, torna-se bloqueada e não consegue se efetivar. Gago (2018) apresenta a noção de “pragmática vitalista” para designar a forma de reprodução da vida social que ocorre sem a mediação das instituições modernas tradicionais, isto é, uma forma de vida que se desenvolve às margens do Estado, do trabalho, do sindicato, da igreja, do partido, da assistência social. Apesar de existir sem a mediação das tradicionais instituições, a pragmática vitalista das populações periféricas negocia os limites de sua atuação, validade e legitimidade com essas instituições, relacionando-se com elas. Assim, criam-se dinâmicas de reprodução social que são próprias da atual fase do capitalismo. Também inspirada por Gago (2018), Isadora Guerreiro (2020, s.p.) nota que essas são “dinâmicas de sobrevivência que atravessam (ou não) o mundo do trabalho, mas não se detêm nele, não se conformam (pois, afinal, ficam “sem forma”) por suas determinações internas”.

Contudo, nota-se que a erosão do regime de normatividade das instituições tradicionais não leva à superação de uma vida baseada no dinheiro, afinal, o capitalismo logrou transformar a

todos em sujeitos monetários, mesmo que sem dinheiro (Kurz, 1993). Isso significa que a capacidade de reprodução continua dependente da circulação monetária. Todo o rearranjo na constelação da reprodução social continua sendo determinado pela monetarização, ou seja, com o dinheiro desempenhando papel fundamental na dinâmica da mediação e dos conflitos sociais. Cada vez mais ocorre a monetização das relações cotidianas e vicinais nas periferias. Gabriel Feltran (2014, p. 508) identifica que nas periferias coexistem diferentes normativos e o que garante a coexistência coesa é exatamente a circulação de dinheiro: “O dinheiro aparece como único modo objetivo de mediar suas relações”.

Caldeira (2022) ressalta a condição de transitoriedade a que os jovens periféricos estão sujeitos. Poderia, nesse sentido, afirmar que o trabalho de carteira assinada sofre um deslocamento e não é mais o objetivo unidimensional desses jovens, que ganham a vida muito além da “venda do tempo de trabalho”. Ao mesmo tempo, eles não vivem uma experiência de ascensão social. A autora se refere a “deslocamentos laterais” para designar essa situação de transitoriedade sem progresso. Vivem, portanto, a crise diretamente, e as condições de reprodução se degradam rapidamente.

Diante da inexistência de garantias de reprodução social baseada na socialização do valor, a classe trabalhadora encontra formas precárias de garantir essa reprodução: a reprodução social crítica. Ao mesmo tempo, todavia, essa maneira de reprodução social continua presa ao invólucro da mercadoria e, portanto, dependente de acessar dinheiro.

Uso a noção de reprodução social crítica para me referir à forma específica de reprodução da força de trabalho que não é mais absorvida pelos circuitos produtivos do valor. Contudo, ao mesmo tempo, a reprodução social crítica ainda está submetida à socialização do valor e que, assim, devem se virar para sobreviver na sociedade da mercadoria.

As diferentes estratégias de reprodução social também produzem diferentes modos de (re)produção do espaço. Nesse contexto, variadas identidades estão em relação, diversos sentidos de mundo são construídos, várias concepções conflitantes de normatividade coexistem. Essa constatação revela um cenário caleidoscópico. Por isso, falo em geografias (no plural).

A maneira como utilizo a noção geografias da reprodução social crítica se diferencia daquela apresentada por Gray (2022). Para o autor, as geografias da reprodução social envolvem as infraestruturas físicas que suportam o trabalho reprodutivo¹¹. Dessa forma, Gray destaca como essas geografias materiais desempenham um papel crucial no apoio e na formação do trabalho de reprodução social, ressaltando a importância de formas construídas, como moradias, escolas, instalações de saúde e outros edifícios de serviços sociais no processo de reprodução social. Diferentemente do contexto que Gray analisa — a luta pela reprodução social no autonomismo italiano —, o contexto periférico não conta com essas infraestruturas tão consolidadas, muito menos são produzidas pelo Estado, ainda que, quando existem, frequentemente sejam o resultado da mobilização popular pela reivindicação dessas estruturas.

Para mim, geografias da reprodução social crítica são mais do que o ambiente construído e a disponibilidade de infraestrutura. Envolvem a espacialidade que as pessoas que vivem nas periferias (re)reproduzem cotidianamente, incluindo, sim, o aspecto físico e a disponibilidade da infraestrutura, mas também as práticas espaciais (ações e dinâmicas sociais cotidianas que ocorrem no espaço e, por meio das quais, produz-se e reproduz a sociedade, garantindo a continuidade e a coesão do espaço social), as representações do espaço (a conexão das práticas es-

¹¹ Nas palavras de Gray (2022, p. 816): “Por geografias materiais de reprodução social, refiro-me às infraestruturas de reprodução social que tomam forma construída no ambiente urbano (moradia, escolas, transporte, hospitais, centros de saúde, creches, instalações de lazer e outros edifícios e instalações de serviços sociais)”.

paciais às estruturas sociais e seus códigos e sinais que refletem a ordem social e a dinâmica de poder, influenciando como os indivíduos percebem e interagem com o espaço) e os espaços de representação (a combinação do simbólico na existência material que constitui a matriz de sentido que orienta a experiência vivida) (Lefebvre, 1974). Ao falar de *geografias da reprodução social crítica*, quero enfatizar a dinâmica da produção do espaço própria dessa forma de reprodução social específica. A materialidade da infraestrutura é um dos elementos que compõem a produção do espaço juntamente às práticas espaciais, as representações do espaço e os espaços de representação.

Na ausência de uma fonte segura de dinheiro, como a do trabalho estável prometido pela sociedade salarial, as pessoas nas periferias se envolvem com qualquer atividade que possa gerar acesso ao dinheiro necessário para a sua própria reprodução. Essas atividades, contingentes e dispersas, atravessam expedientes legais e ilegais, percursos descontínuos no mercado de trabalho, com uma tentativa de empreendimento aqui, uma associação político-partidária ou religiosa ali, a mobilização da propriedade da terra para extrair renda, o endividamento familiar, entre outros. Boa parte dessas “saídas de emergência” para a reprodução social é entendida pelos sujeitos periféricos como uma válvula de escape tanto do desemprego como do próprio trabalho ultraprecarizado repleto de situações de assédio.

Sem pretender uma descrição exaustiva dessas práticas, apresento algumas que, de minha perspectiva, podem ser organizadas como parte desse processo e que ocupam papel destacado na dinâmica da reprodução dos territórios periféricos no contexto da crise. São práticas conhecidas das periferias, mas que ganham novos conteúdos: i.) o assistencialismo de crise; ii.) o microempreendedorismo; iii.) o endividamento de baixa renda; iv.) o rentismo periférico; v.) os ilegalismos populares; vi.) o associativismo comunitário. Todos esses elementos formam uma constelação de práticas para sobreviver na adversidade

que podem ser combinadas de complexas maneiras. Contudo, importa ressaltar que essa divisão é utilizada aqui por um motivo analítico. Na realidade observada em campo, as relações são muito mais imbricadas, formando uma constelação de estratégias de reprodução para enfrentar o mosaico de adversidades.

Microempreendedorismo

Se não há trabalho, as pessoas se convertem em empreendedores. Assim, dissemina-se a doutrina do empreendedorismo em todos os poros da sociedade brasileira. Nas periferias não seria diferente. A convivência com os horizontes rebaixados da empregabilidade transformou as periferias em lugares empreendedores. Milhares de pessoas nos territórios populares buscam autoempreender, montando um pequeno negócio, alguns mais improvisados do que outros, para conseguir sobreviver. A presença do discurso do empreendedorismo é recorrente nas periferias brasileiras (TOMMASI, 2013; ABÍLIO, 2021; COSTA, 2022). Trata-se de uma forma de mobilização da força do trabalho num contexto de uma “vida sem salário” (DENNING, 2010).

Costa (2022) ressalta que o microempreendimento popular é uma recorrente resposta para “ganhar a vida”. Ao mesmo tempo, reforça e é reforçado pela subjetividade concorrencial individualista. Torna-se, assim, uma aspiração das classes populares para se engajarem na batalha de empreender. Na definição do autor, entende-se o microempreendimento como constituído por continuidades e mudanças de práticas residuais da economia popular penetradas por tendências e discursos que conformam a lógica cultural do capitalismo contemporâneo. Ele se posiciona “na interseção entre a ética individualista do trabalho por conta própria e do pequeno comércio tradicional, de um lado, e a utopia libertadora prometida pelo discurso empreendedor mais moderno entre outros”, sem deixar de produzir tentativas de acomodação, contradições, tensões e conflitos na relação entre as duas dimensões.

As experiências do microempreendedorismo popular, afirma Costa (2024, p. 2), são “um modo de vida que não é preenchido, via de regra, pelo assalariamento, mas sim pelo passado atual de precariedade das relações de trabalho no Brasil”.

O autor analisa como há uma dualidade contraditória no discurso empreendedor: de um lado, é modernizante e busca a racionalização das economias populares; entretanto, por outro lado, o mecanismo do empreendedorismo pode ser visto como um mecanismo de resistência por meio da aspiração a um trabalho não subordinado. Assim, institui uma economia moral, no sentido dado pelo historiador E. P. Thompson (1998).

Essa situação descrita por Costa (2022; 2024) é recorrente em nossa área de estudos. Kleber, 56 anos e branco, é um dos empreendedores do bairro. Ele tem duas lojas: uma mercearia e um depósito de materiais de construção. Mora no andar de cima com sua família e duas filhas. Kleber me contou que comprou o imóvel na área do loteamento público “por um preço de banana” e que ele mesmo construiu a casa, já pensando na possibilidade de alugar uma loja de frente. A casa de Kleber, por ser de esquina, permitiu que ele abrisse duas lojas, uma em cada fachada, parecendo independentes:

Porque é isso, se a gente não for colocar a cara a tapa, a gente não ganha dinheiro, né? Meu objetivo sempre foi dar uma condição boa para minhas filhas. Uma condição diferente da que eu vivi.

A expectativa que transparece em seu discurso é a de que o ato de empreender funcionaria como uma melhoria de condição para as filhas, Claudiane, de 22, e Jéssica, de 19 anos.

Desde que o conheci, sempre que vou à área de estudo passo na mercearia, que fica próximo ao ponto final da linha de ônibus, para comprar uma garrafa d’água ou um chiclete. Às vezes, as filhas é que estão no caixa, enquanto ele resolve alguma coisa no banco. Elas não parecem compartilhar da expectativa do pai. “Ah, isso é mais para ajudar ele, né? Ele nem paga o nosso dia aqui, né?”, diz Jéssica, que é rapidamente complementada por Claudiane. “É o nosso aluguel” - e ri. As duas querem fazer faculdade.

Em uma das visitas, conversando com Kleber, ele confidenciou: “Ah, a situação não está boa. As lojas pagam as contas e olha lá. Às vezes, fechamos o mês no vermelho”. A sua expectativa de dar melhores condições para as filhas com os empreendimentos é frustrada, e isso o incomoda profundamente. É importante lembrar que o funcionamento das lojas de Kleber depende do trabalho gratuito das filhas nos caixas e da esposa, que ajuda no estoque e na limpeza das duas lojas.

A perspectiva de Claudiane e Jéssica, que não querem empreender e buscam o ensino superior, é diferente daquela de William, um jovem negro dono de uma barbearia na área da ocupação maior. Ele tem hoje 25 anos e mora na ocupação desde o início, quando tinha 14 anos. Sua mãe e seu pai foram ocupar: “Eles estavam apertados de grana e aí queriam sair do aluguel”. William tem outra irmã e outro irmão. Todos foram para a ocupação logo no começo e se lembram das dificuldades: “Foi difícil, difícil mesmo. Eu sou o mais novo, mas eu lembro, lembro da construção, do chão batido, de terra batida, dentro de casa, da lama que fazia quando chovia”.

Hoje seu irmão mais velho mora em outro município, onde trabalha como motorista de uma empresa. Sua irmã mais velha se separou do marido e voltou a morar com ele na casa dos pais. Ela está desempregada. William, desde 2023, mantém a barbearia que construiu com seu pai. O estabelecimento aproveita uma parede externa da casa dos pais e não possui mais de quatro metros quadrados. Tem apenas uma cadeira, uma bancada e um espelho. “Faço o corte por 12 reais, mas também faço risco de sobancelha, por 8”. William diz que fez um curso de cabeleireiro no CRAS local e mantém uma clientela assídua: “Sou o mais barato da região”.

A situação de William é semelhante aos relatos colhidos por Giavarotti (2018), estudando a região do Jardim Ibirapuera em São Paulo. O autor observou entre seus interlocutores de segunda ou terceira geração (nascidos no bairro) a lógica empreende-

dora. Mas o que chama a atenção é que entre eles, assim como William fez, há uma espécie de “apropriação” da infraestrutura produzida pela primeira geração que ocupou o bairro. Em geral, trabalhadores (mesmo que precários) conseguiram autoproduzir a própria moradia e melhorá-la com o tempo, e esses moradores pioneiros, por meio da auto-organização, conquistaram a permanência no local. Seus filhos e netos, sem perspectiva de trabalho estável, usam o imóvel para abrir um pequeno negócio, de modo que possam trabalhar.

Outro relato de microempreendimento é o compartilhado por Maria, a mãe, 57 anos, e Isa, a filha, 24, moradoras do bairro há muito tempo. Maria mora na região desde 1990, foi uma das beneficiárias da política habitacional. Ela trocou de casa no loteamento público algumas vezes: vendeu a sua para comprar outra e depois trocou de casa novamente, para uma maior, onde permitiu constituir, agregado à sua sala, um ateliê de costura.

Mãe e filha nos receberam no cômodo onde trabalham, entre panos e peças de roupas esperando conserto e máquinas de costura. Ambas as mulheres negras são “batalhadoras”, como se definem. Trabalham muito e ganham pouco.

A mãe é “pilotista”, opera com a máquina; a filha é “arrematista”, responsável por finalizar as peças. Maria já tinha costume de trabalhar com costura desde que desempenhou um serviço de doméstica nos anos 1980. Fez curso e trabalhou em lojas especializadas, até ser despedida em 2003 e virar autônoma.

Seu trabalho no conserto de roupas garantiu uma certa condição para a família, pois mesmo vivendo com certa precariedade na periferia, ela ressalta que “nunca faltou nada” para os seus familiares. Não são todos que podem ostentar esse orgulho. O fato de ter feito um curso e trabalhado em lojas especializadas permitiu à Maria conquistar um repertório de técnicas que lhe garantiu o sustento de sua família. Desde 2003, é autônoma e pega serviços de costura variados, como ela mesma explica: “É muito conserto, mas eu também faço peça”.



5kg 5,5kg

STAY FOLDIE
CUTTING BOARD
STAND PAKE

BRI-TA-NI-AR

ÁGUA SANITÁRIA
ALVEJANTE
5,2L

Isa, assim que se formou no ensino médio, buscou emprego. Sua vida no mundo do trabalho foi marcada por interrupções e pela alta rotatividade característica. Nos últimos anos, trabalhou como caixa de supermercado num bairro da zona sul de Belo Horizonte, mas foi despedida. Atualmente, faz um curso profissionalizante no Sebrae com o objetivo de empreender:

Eu estava com um projeto de abrir uma loja. Ela produzindo as roupas, porque ela sabe fazer de tudo, e eu vou vender. Só que igual eu falei, vou esperar eu voltar a trabalhar, pelo menos uns quatro ou cinco meses pra gente ter um capital de giro, porque a gente precisa ter capital de giro. Aí eu estou fazendo uns cursos no Sebrae, como é que fala, é ... empreender... aí eu estou fazendo. Igual eu falei com minha mãe, de pouco em pouco a gente vai indo.

Maria e Isa tiram R\$ 500,00 mensais do seu trabalho com a costura, prestando serviço de pequenos reparos. Elas contam, como será visto, com o programa Bolsa Família e com a ajuda do outro filho de Maria, que trabalha em uma mecânica de motos. A expectativa de Isa é a de que iniciar um empreendimento pode ser uma oportunidade importante: “A gente quer fabricar, fazer peça para pôr na loja para vender, acho que vai mudar muita coisa”.

Empreender, portanto, é uma forma de sobreviver numa realidade marcada por despossessão e expropriação, ao mesmo tempo em que se continua dependente do mercado. Para tanto, é preciso lançar mão de diferentes expedientes, de formas incertas, imprevisíveis e fora dos marcos do assalariamento: viração, correria, bicos, frilas são algumas das expressões dessas situações de transitoriedade que muitos passam para sobreviver. Em adição, deve-se perceber que o empreendedorismo traz embutido em seu funcionamento uma “utopia de liberdade” (Costa, 2022) que funciona como um mecanismo compensatório diante das inúmeras “batalhas” (também uma categoria nativa) que sujeitos periféricos enfrentam cotidianamente. Há, nos relatos coletados pelo autor, uma dialética entre o sofrimento e a utopia.

Em todos os casos, as pessoas trabalham em extenuantes jornadas, com recursos obtidos frequentemente insuficientes para a sustentação da família e, recorrentemente, valendo-se do trabalho não pago de familiares e amigos. Tais situações são justificadas por um mecanismo compensatório de não estarem submetidas aos mandos de um chefe ou de uma empresa. Empreender na periferia se torna, portanto, uma estratégia de sobrevivência em um contexto marcado pela despossessão e expropriação.

Assistencialismo de crise

Frequentemente, a reprodução social nas periferias, em especial num contexto de crise, passa por programas de assistência social dos governos e ações de solidariedade de diferentes entidades, como igrejas ou ONGs. Como discutido em Canettieri, Paiva e Vasconcelos (2024), essas práticas são uma forma de suporte assistencial para a reprodução social num contexto de crise.

Aqui eu me aproximo dessas experiências para me referir ao assistencialismo de crise também como uma resposta à vida sem salário e que, portanto, pode ser interpretado como uma das estratégias possíveis de reprodução social crítica. Seja transferência direta de dinheiro ou ações de doação de marmitas, ambas produzem um efeito nas economias domésticas de permitir que as famílias acessem um pouco mais de recursos financeiros.

Para compreender o que chamo de assistencialismo de crise, precisamos lembrar que as políticas assistenciais, nascidas como o reconhecimento do papel do Estado em lidar com a questão social (Castel, 1997), têm se tornado cada vez mais focalizadas e dilapidadas (Bello, 2016). Ao mesmo tempo, ocorre a “onguização dos atores locais” (Rizek, 2006), tanto da igreja como do movimento social, que se reduz ao provimento de itens mais básicos, condição da assistência em uma era de emergência. Ambas as dinâmicas fazem parte de estratégias de sobrevivência para conseguir acessar recursos necessários para a reprodução: uma forma de desvio para a constituição do chamado “salário indireto”, afinal, esses percursos “pouco ou nada têm a ver com o trabalho assalariado e seus conflitos” (Rizek, 2006, p. 51). Há ainda as igrejas (sobretudo neopentecostais) que desempenham um fundamental papel na garantia de certos recursos para ajudar as famílias em meio às adversidades. Em todos os casos, o assistencialismo de crise desempenha papel preponderante na organização da reprodução das classes populares contemporâneas.

Voltemos à história de Maria e Isa. Como a renda da família é muito baixa, elas dependem das políticas de transferência de renda do governo, além de outras ações de solidariedade conduzidas pela igreja, por ONGs ou outras entidades. Elas contam com o Bolsa Família para o sustento familiar. As duas são frequentadoras do Centro de Referência da Assistência Social, o CRAS¹², assim como Cristina, uma senhora negra. Sua idade avançada e uma existência cercada por intempéries acabaram reduzindo sua mobilidade e, agora, ela depende de uma cadeira de rodas que manobra com dificuldade na casa apertada em que vive com o filho, a filha e o neto, um barraco alugado na ocupação menor.

Compartilhando suas histórias, Cristina esclareceu que vive com uma aposentadoria da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Foi aposentada por invalidez permanente, pois sua pressão estava descompensada há anos e, desde 2013, desenvolveu um problema de locomoção. Ela tentou diversas vezes ser contemplada com o benefício: “Eu já tinha tomado pau na perícia. Três vezes, você acredita? Aí eu já tinha até desistido, eu não ia mexer com isso mais”. Então, José Paulo, o interlocutor militante de movimento social, arranjou um advogado para Cristina, e assim foi dada entrada em seu processo. Ela recebe hoje um salário mínimo por mês. Finalmente, foi contemplada. É com esse recurso que ela sustenta sua família, pagando o aluguel e boa parte da alimentação, além de outras contas: “Sempre tem uma coisa para pagar, né?”.

¹² O CRAS da região está entre os que recebem maior demanda de serviços. Atualmente são cerca de 9 mil famílias inscritas no equipamento. A maior parte da atuação do CRAS hoje envolve regularizar, atualizar ou iniciar o Cadastro Único (CADÚnico) para acessar programas de transferência de renda do governo federal. Apesar da ausência de um dado objetivo sobre este número, a coordenadora do equipamento estima que cerca de 80% do atendimento do CRAS seja voltado para questões relativas ao CADÚnico. A estrutura do CRAS, com seu atual corpo de funcionários, é insuficiente para processar todas as demandas. A diferença entre a demanda por atualização e a capacidade do CRAS de processá-las parece dar a dimensão do papel que esse tipo de recurso desempenha na dinâmica de reprodução social desses territórios.

Entretanto, ela própria confia que quase não consegue arcar com todos os custos, afinal, tanto o filho como a filha estão sem renda no momento. Seu filho trabalha com “bicos” em organização de festas e sua filha está cuidando de um recém-nascido e não conta com a ajuda do pai da criança. Recentemente, Cristina lembra, com certo tom de comemoração e gratidão, que seu domicílio foi contemplado pelo Auxílio-Brasil: “Minha filha foi lá no CRAS e pediu o cadastro. E aí, agora a gente recebe o auxílio. Foi por conta da pandemia, né? Esse dinheiro ajuda demais aqui em casa”.

Tanto o caso de Maria e Isa como o de Cristina, se colocados na ponta do lápis, mostram que o orçamento familiar depende dessas políticas de assistência. Contudo, em ambos os casos o recurso é descrito como uma “ajuda do governo”. Essa forma de perceber os programas de assistência também é indicativa da realidade atual. Bello (2016, p.181) confirma essa descrição em sua pesquisa, que colheu a percepção de beneficiários sobre o Bolsa Família. Segundo o pesquisador, o termo “ajuda” era frequentemente utilizado para descrever “apoio importante, mas não a ponto de implicar melhoria decisiva em suas vidas”. Além disso, essa forma de compreensão parece indicar que as políticas assistenciais não são percebidas como um direito social do cidadão. Assim, parece que mais reproduzem a condição hodierna do que apontam para caminhos de sua superação.

Ainda que esteja em curso um profundo processo de desinvestimento público na constituição da renda social acessada pela população em situação de pobreza (Katz, 2019), o caso de Cristina demonstra a importância que esse tipo de recurso advindo do fundo público desempenha na reprodução material de grupos vulnerabilizados. Contudo, vale ser destacado que o modelo da assistência social no Brasil vem indicando um duplo processo de monetização da proteção social e de bancarização dos pobres (Benzaquem, 2022), que frequentemente termina com a ampliação do endividamento, como veremos na seção a seguir.

IGREJA PENTECOSTAL COMUNITARIA



E. SHADAY CORDEIRO

DANIEL FIALHO

FORTE

MINISTÉRIO DE CURA
E LIBERTAÇÃO

CULTOS

SEGUNDA - ORAC
QUARTA 19:30
SEXTA 19:30
DOMINGO 19:00

0:00



Contudo, a prática de assistência envolve múltiplas institucionalidades (Canettieri; Paiva; Vasconcelos, 2024; Beraldo, 2023), ou seja, essa não é uma exclusividade do Estado. A história de Márcia ajudará a esclarecer isso. Ela é uma mulher branca de 54 anos, moradora de uma das ocupações. Em nossa primeira conversa, compartilhou comigo como foi seu chamado para o que ela denominou de “o Ministério de Cristo”:

Eu estava muito triste, tinha perdido o emprego, estava com o nome sujo e o meu [filho] mais velho envolvido com o tráfico. Eu não sabia mais o que fazer. Então uma amiga me levou para uma igreja evangélica. Eu, assim, era religiosa, de família religiosa mesmo, católica e tudo, mas eu nunca tive muito tempo de ir na igreja. Então essa minha amiga veio lá em casa e me disse assim: “Você vai comigo, sim, vai ver se você gosta”. Então eu fui, né? Minha vida foi entrando nos eixos. Foi quando eu vi essa coisa de ocupação. Eu e meu marido estávamos apertados, endividados, pagando aluguel, e resolvemos tentar a sorte aqui. E aí eu vi que Deus tinha um plano para mim.

Foi a partir do encontro com a igreja evangélica que Márcia descobriu a ocupação e passou a morar lá. Com a entrada na ocupação, a família conseguiu economizar e seu marido encontrou um emprego fichado em um açougue na região. “Graças a Deus”, ela repete a cada instante de seu relato. Assim, a história de Márcia, que convivia com muitas dificuldades, é interpretada como a prova da ação divina que colocou a vida novamente nos eixos.

A literatura sobre o fenômeno neopentecostal no Brasil ressalta a importância do testemunho (Côrtes, 2017). Trata-se de uma forma de experiência religiosa que parte da história de vida dos indivíduos para garantir seu funcionamento. A centralidade da religiosidade evangélica está na comunicação de uma história que envolve, via de regra, a superação de um passado infame ou de sofrimento. Foi a partir desse momento

– comenta Márcia – que ela entendeu que deveria atender ao chamado e “levar a palavra para a comunidade”. Organizou-se com seu marido, que a apoiou desde o princípio, e resolveu “abrir uma Igreja” em 2011.

Márcia não abriu mão do seu trabalho de diarista. Ela conjugava faxinas na área central de Belo Horizonte com a condução de orações e grupos de estudos bíblicos. Ela e o marido destinavam parte do salário para uma caixinha, que seria utilizada para a construção do cômodo extra que funciona, hoje, como o salão da igreja. “Eu não sabia muito bem o que estava fazendo, sabe, era Deus falando comigo”. Márcia, desse modo, oferecia acolhida para quem precisava e muitos dos seus vizinhos precisavam. Havia outras igrejas pentecostais na região e até mesmo na ocupação, mas como ela era tida como uma “batalhadora” por seus vizinhos e alguém com quem todos podiam contar, sua igreja foi se tornando cada vez mais movimentada.

Márcia conjuga as pregações com o seu trabalho de diarista. Seu marido foi promovido, o que ela atribui a uma graça de Deus, e agora recebe um salário um pouco melhor. Além disso, recebe dos seus fiéis contribuições financeiras ou produtos, que usa na manutenção de sua casa. Sua principal atividade na igreja é o que ela chama de “fazer solidariedade”. Aproveitando os contatos que estabeleceu com a zona sul da capital mineira em sua época de diarista, Márcia consegue doações para “fazer solidariedade”.

Sabemos que tem muitas pessoas que passam por necessidades, necessidade mesmo, aqui no bairro. Gente muito, muito, muito pobre, sem nada. A igreja costuma ser onde essa pessoa sem nada pode encontrar um pouquinho. Nós não temos muito com o que compartilhar materialmente, mas a gente ajuda, assim, psicologicamente, dá uma força para as pessoas continuarem. A igreja é isso, um apoio moral, não, não só moral, mas um apoio mesmo. A pessoa, primeiro, tem que acreditar em Jesus, e Jesus acredita nela, e ela

vai ter força para conquistar seus objetivos, para melhorar de vida. Na minha visão é assim que a igreja aqui funciona.

O número de igrejas evangélicas na região é visivelmente superior do que os templos de outras religiões. Afinal, parece ser muito pouco custoso iniciar um templo dessa natureza. Mais importante do que o número de igrejas abertas é compreender as redes de apoio que se constroem como apoio para os desafios e sofrimentos vividos. A igreja improvisada de Márcia é reveladora da dinâmica que a religião desempenha na reprodução social crítica dos territórios periféricos. Igrejas pequenas e auto-organizadas, como essa, em contraposição aos grandes templos das denominações religiosas, desempenham papel de garantir um mínimo de coesão social em que é recorrente a instabilidade. São estruturadas por laços vicinais fortes e envolvem uma prática de ajuda mútua mediada por um discurso religioso.

A ação de Márcia de “fazer solidariedade” aparece como uma importante função dentro da comunidade. Muitas pessoas dependem de iniciativas como essa para sobreviver. As igrejas neopentecostais organizam formas de satisfazer necessidades objetivas entre os seus membros, como grupos com informações e indicações de emprego, doação de alimentos e remédios ou ajuda financeira direta para pagar certas contas, como uma “circulação de benefícios” que só se constitui por intermédio dos vínculos estabelecidos internamente com a igreja.

Mesmo assim, apesar do esforço de Márcia, as doações nunca são suficientes para todos que precisam. E, dessa maneira, deve fazer o que Elisa Verdi (2022) chamou de “seleção da miséria”. Ela mesma, pela sua inserção no território e pelo conhecimento que tem do cotidiano de seus vizinhos, é que deve identificar quem mais precisa e dar prioridade para essas pessoas.

A partir dos casos analisados, pode-se perceber que a prática da assistência não é organizada apenas pelo Estado por meio de

sua política social. Outros atores desempenham papéis de assistência aos mais vulneráveis que não estão circunscritos ao Estado. Dessa forma, a lógica do direito e a lógica da civilidade não são os únicos regimes normativos que legitimam a prática de assistência. A legitimidade está presente em outros diferentes atores que também atuam para garantir a reprodução dos sujeitos periféricos. Ainda que tais práticas tenham interesses bem diversos, faz sentido aproximá-las em uma confluência importante: uma maneira de suporte assistencial para a reprodução social num contexto de crise.

Endividamento de baixa renda

Na década de 1990 e na primeira década do século XXI, observou-se a expansão do sistema de crédito na direção das periferias. Os bancos organizaram novas estratégias para aumentar seus resultados financeiros e optaram pela construção do mercado de crédito aos mais pobres, gerando outras formas de concessão de empréstimos e ampliando o acesso ao cartão de crédito (Scirè, 2011). Como dito na seção anterior, deve-se ressaltar que a política pública de assistência social promovida recentemente também promoveu a “bancarização” do pobre. Os benefícios, movimentados apenas por meio dessas instituições, obrigaram uma massa de periféricos a utilizar esse serviço e mais alguns, anexados aos benefícios por iniciativa dos próprios bancos. Ana Sylvia Maris Ribeiro (2015) explica que essa facilidade de acesso ao crédito permitiu a ascensão de diversos Microempreendedores Individuais (MEI). A autora revela que muitos desses negócios só podem ser abertos com a obtenção de créditos, empréstimos e outras “financeirizações”. Isso contribuiu para a criação de um “capital fictício” que financia um mercado futuro e incerto de relações trabalhistas comerciais. Dessa forma, cada vez mais pessoas se tornam “empreendedoras da própria força de trabalho”, constituindo uma relação que reforça a produção do chamado “capital fictício”.

A lógica dessa “reprodução social fictícia” (Giavarotti, 2018), isto é, baseada no endividamento, implica uma mudança radical na forma pela qual as pessoas, sobretudo as populações periféricas, lidam com o dinheiro. A gestão da renda baseada no esquema poupança-consumo foi substituída por outro esquema: “crédito-consumo-dívidas”, com a poupança substituída pelo consumo imediato garantido pelos cartões de crédito.

O endividamento de baixa renda, em curso nas periferias, atende a diversas demandas do setor popular diante da incapa-

cidade de essa população ser explorada em troca de um salário devido ao enorme desenvolvimento das forças produtivas. O acesso aos bens de consumo necessários para a reprodução social aparece mediado pelo endividamento como uma condição necessária, afinal, o crédito é, nesse caso, promessa de consumo. Esse também é o meio de alavancagem para lançar um microempreendimento. A compra de equipamento ou estoque e as reformas necessárias só são possíveis por meio do crédito.

Novamente, a situação de Maria e Isa é representativa. Com os estudos sobre empreendedorismo da filha, as duas buscam agora estruturar uma produção de roupas, e na perspectiva delas, haverá melhores condições do que os pequenos reparos que fazem. Para iniciar essas atividades, em uma das visitas Maria me contou que contraíram um empréstimo. A família, com renda mensal de R\$ 500,00 e com o apoio de políticas de assistência, conseguiu um empréstimo de R\$ 3.000,00: “A gente foi lá e pegou o dinheiro emprestado, aí a gente comprou o tecido, foram vários, para a gente começar a produzir” - comentou Isa. Perguntei de onde pegaram emprestado e elas responderam: “Não, não foi de banco não, foi desses anúncios. Financiadora que fala, né?”. Pedi para ver o contrato que fecharam, e ela me mostrou no celular - foi feito tudo digitalmente, por WhatsApp, ainda que o anúncio a que ela se referiu estivesse pregado, repetidas vezes, nos postes do bairro. Os juros que incidirão no empréstimo, com prazo para pagamento de 12 meses, são de 8% ao mês. Para esse empréstimo elas se comprometem a pagar R\$ 398,09 ao mês. O que totalizará R\$ 4.777,02.

Esse tipo de arranjo em território periférico é comum, pois o “nome sujo” e um “baixo score de crédito” impedem essas pessoas de acessarem as instituições bancárias estabelecidas. São vários os anúncios dessas financiadoras no bairro, em muros, outdoors e lambe-lambe nos postes. Prometem-se facilidade e flexibilidade de pagamento: “Crédito de até 3 mil liberado na hora!” - como li em um dos anúncios que encontrei.

EMPRÉSTIMO

NO CARTÃO DE CRÉDITO
Emprestamos o valor!

RECIBO

R\$ **1.000,00**

PARCELE ATÉ

12X
de R\$ **107,50**

Chame no whatsapp

100% CASH

EMPRÉSTIMO
NO CARTÃO
DE CRÉDITO

R\$ 1

12

7

Cristina, cujas condições de reprodução de sua família dependem de recursos advindos de políticas de transferência de renda, também está endividada. No momento que ela começou a receber o Bolsa Família, o gerente telefonou e a convidou a conhecer o crédito consignado. Ela aceitou, pois à época estava fazendo obras em sua casa e precisava do valor adiantado. “Ele [o gerente] explicou, disse que tinha juros, que ia descontar direto na minha conta, mas na hora mesmo, né, a gente não pega tudo”. Ela não soube me dar detalhes sobre os juros ou o valor contratado, mas informou que atrasou algumas parcelas e “agora é uma dívida enorme no banco”.

Como descreve Moreno (2022, p. 20), “está em curso um endividamento compulsório dos mais pobres, e o fato de as pessoas serem obrigadas a se endividar para viver tem uma infinidade de impactos subjetivos que reorganizam o cotidiano e o espaço doméstico das famílias”. Em sua pesquisa, Moreno viu como as mulheres, a maioria negra e periférica, responsáveis pelo lar, endividaram-se para “melhorar” a casa com reformas arquitetônicas, mas, depois de contraírem as dívidas, vivem em condições ainda mais precárias. É nesse sentido que se deve entender a tese de Gago e Cavallero (2022): a dívida tornou-se um instrumento de colonização financeira da reprodução social. O mecanismo do endividamento se estende como meio para garantir a reprodução e avança sobre as áreas-chave da reprodução social em crise, como a alimentação, a saúde, a moradia, entre outros. Nesse contexto se produz, com isso, uma nova forma de gestão da vida cotidiana que submete as pessoas ao cálculo financeiro e ao domínio da dívida que recorrentemente recai de modo mais pesado sobre os ombros das mulheres, seguindo um padrão de gênero importante (Moreno, 2022; Kolling, 2022; Gago & Cavallero, 2022).

Trata-se de um novo tipo de pobreza, ou, mais precisamente, da pobreza que se repõe e se atualiza em outros termos: a circulação da dívida entre os pobres urbanos permite uma alavancagem do consumo e o aumento da circulação do dinheiro entre indiví-

duos que não participavam desse mercado (Ribeiro, 2015). A disseminação das “maquininhas de crédito”, das *fintechs*, dos bancos digitais, certamente propiciou a expansão do endividamento, mas importa perceber que esta é a condição para a reprodução social das famílias nas periferias.

Em campo, tive contato apenas com relatos de endividamento “oficiais”. Maria e Isa recorreram a uma financiadora de pequeno porte; Cristina e Kleber se endividaram com instituições bancárias. Mas é preciso destacar que outras práticas de endividamento ocorrem também nos territórios periféricos. É muito comum que as pessoas compartilhem o cartão de crédito ou o crediário, especialmente entre outros da mesma família (Mattoso, 2005). Outra prática frequente é contrair uma dívida de agiotagem (Gobbi, 2020), que se conecta às práticas criminosas e violentas.

Rentismo periférico

Nas periferias urbanas, a terra e o imóvel transcendem sua função básica de morar e se transformam em ferramentas estratégicas para a reprodução social, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. Marina Sanders Paolinelli (2022, 2023) aprofunda essa análise, demonstrando como a propriedade periférica, muitas vezes informal e precária, configura-se como uma estratégia de sobrevivência para as classes populares. Segundo a autora, a renda fundiária que a propriedade, formal ou informal, permite à família auferir uma renda, compõe parte do fundo de trabalho e, portanto, contribui na reprodução familiar. Ou seja, a renda [income] familiar é complementada por recursos advindos uma renda fundiária [land rent] advinda da propriedade privada (informal) de um imóvel periférico (Paolinelli, 2022). A propriedade periférica é mobilizada pelas classes populares como uma estratégia de reprodução a partir, sobretudo, do mercado periférico de aluguéis, frequentemente informalizado. Nabil Bonduki e Raquel Rolnik (1979, p. 67) demonstram que “grande parte dos trabalhadores não possui condições para a compra de um lote e para a edificação”. Assim, instaura-se nas periferias um mercado de aluguéis com uma destacada importância na dinâmica da reprodução social dessas pessoas. Os autores percebem que frequentemente a construção das moradias em áreas periféricas, a esmagadora maioria das vezes por regimes de autoconstrução, envolve a construção também de casas para aluguel. Essa dinâmica, já identificada por Bonduki e Rolnik (1979), parece se aprofundar. Considerando a atual escassez de novas terras periféricas, Isadora Guerreiro (2020) indica uma tendência de “inquilinização” das periferias.

Esse processo, que aqui chamamos de rentismo periférico, difere-se do rentismo clássico, pois não se trata de uma forma de apropriação e concentração de riqueza. Pelo contrário, o rentis-

mo periférico compõe uma forma de reprodução social crítica. Como veremos, essa dinâmica se viabiliza a partir de vários processos observados em territórios periféricos: um primeiro tem a ver com o uso intensivo do lote, com a construção de barracões de fundo ou com a edificação de outros andares, às vezes para abrigar familiares, mas também para incluir novas propriedades no mercado imobiliário, em especial o mercado de aluguéis; há também a forma de manifestação do rentismo periférico pelo acesso a novos imóveis, seja por compra ou por ocupação, que é operada por uma racionalidade “investidora”, voltada a uma protoespeculação¹³ (Jaramillo, 2009).

Zé Geraldo, homem negro de 63 anos, é um dos primeiros moradores do bairro. Ele estava na ocupação de sem-tetos que a prefeitura realocou para o bairro. Seu discurso é permeado pela mobilização de referências da luta por moradia: “É isso, a gente lutou; lutou muito mesmo para estar aqui hoje. Foi com muita organização, muita reunião, muita manifestação. Brigamos, mas valeu a pena” — descreve. A casa de Zé Geraldo fica num lote de esquina. Ele foi um dos primeiros a construir a casa. Inicialmente seguiu o projeto proposto pela prefeitura: uma casa no centro do lote, com um quarto, um banheiro, uma cozinha e uma sala. Como o lote era grande, ele construiu dois barracões de fundo. Um tem um quarto, sala integrada com a cozinha e um banheiro. No outro, todos os usos coexistem no mesmo cômodo. Com os dois barracões, Zé Geraldo consegue R\$ 700,00 por mês: “É bom, né? Dá para pagar os comes e bebes”.

O discurso da luta por moradia é frequentemente apresentado como antagônico às práticas de mercado. A trajetória habitacional de Zé Geraldo, ex-integrante do movimento, demonstra a complexidade dessa relação. Sua narrativa evidencia a impor-

¹³ Para Jaramillo (2009, p. 265), protoespeculação se refere a um tipo de especulação que difere da especulação passiva por levar em conta não apenas o valor de troca, mas também o valor de uso da mercadoria, em que “a noção de uso subordina o cálculo puramente mercantil” e a relação dos proprietários “da mercadoria com as vicissitudes do mercado é bastante tênue”.

tância da luta por moradia para ele e sua família, marcada por elementos de união e ação coletiva. No entanto, após a conquista da casa própria, “com muita luta”, as práticas de reprodução social se adaptaram ao espaço conquistado pelo movimento social. O resultado da luta se traduziu na propriedade de um imóvel e na transformação do barracão de fundo em fonte de renda familiar através do aluguel.

A prática de Zé Geraldo não é nenhuma novidade. Muitas autoconstruções nos territórios periféricos produzidas para abrigar famílias são adaptadas para acolher também outra família no mercado informal de aluguel, como é o caso de Dona Lívia, senhora idosa negra residente no local. Ela também foi contemplada pela política habitacional e mora em uma das casas geminadas do conjunto habitacional horizontal da área.

A habitação costumava seguir um mesmo padrão. Todas as unidades eram iguais: uma casa de dois quartos. Entretanto, ao longo de duas décadas de moradia, cada uma delas já foi completamente modificada. Mal parecem ter sido concebidas como casas geminadas, tamanha a diferenciação entre cada unidade habitacional.

A casa de Dona Lívia é uma dessas. Pouco tempo após residir no local, seu marido construiu um muro “cercando” a área de frente da moradia. Em seguida, eles começaram a construir um segundo andar, para a filha que acabava de se casar. Anos mais tarde, na virada de 2008 para 2009, construíram um barracão de fundo para alugar, com uma entrada independente.

Uai meu filho, foi assim mesmo... devagarzinho. Qualquer dinheiro que sobrava, nós guardávamos. Graças a Deus, meu marido tinha um trabalho mais ou menos estável, né? Ele era pedreiro e ganhou até bem. Tinha mês que tirava dois e quinhentos. E aos pouquinhos ele mesmo foi construindo um segundo andar e o barracão de fundo. E agora eu alugo. Ele é menor que aqui em casa, tem só um quarto, uma sala e um banheiro.

Hoje, a filha se mudou, e a “casa de cima” também está alugada. São habitações pequenas e precárias: a de cima é um quarto-sala-banheiro, onde foi adaptada uma varanda para receber a entrada independente; o barracão de fundo é também um quarto-sala-banheiro, mas de dimensões ainda menores. Ambos estão alugados, e Lívia consegue cerca de R\$ 700,00 mensais pelos aluguéis.

Vemos, nesse caso, a mobilização da propriedade, acessada pela política pública, para a garantia de renda para a família. Como relata nossa interlocutora, esse “dinheiro ajuda no final do mês”, ainda mais agora que vive sozinha, com a filha morando em outra cidade e viúva: o marido faleceu há três anos.

A moradia alugada, portanto, parece ser uma condição necessária para a reprodução da vida de parcela considerável nas periferias: do ponto de vista do inquilino, que se encontra saltando de viração em viração, já não se vislumbram as condições de adquirir uma casa própria pela compra; mesmo o ato de ocupar é limitado pelos altos custos para arcar com a construção. Do ponto de vista do locatário, o aluguel que recebe é uma importante complementação de renda para a família (Paolinelli, 2022).

As práticas de rentismo periférico, como uma estratégia de reprodução social, todavia, não se limita ao mercado de aluguéis. É possível perceber também no contexto da urbanização periférica uma expectativa de ganho financeiro futuro pela garantia de imóveis.

Esse é o caso de Fernanda. Ela se mudou em 2003 para a área, com sua família, que comprou uma casa na área do loteamento. Em uma única casa chegaram a morar nove pessoas. Em 2021, o filho mais velho de Fernanda, Carlinhos, comprou uma casa para a mãe na ocupação que surgiu. Nela, moram Fernanda e sua filha mais nova.

Ele juntou uma grana, e aí viu que estava vendendo essa casa, já assim, desse jeito. Está faltando algumas coisas, né, mas foi uma oportunidade boa. Ainda mais agora que a prefeitura vai dar o terreno para as pessoas, né?



ALUGASE
CALÇADO 17 FESTA
DURANTE O DIA
99975-8095

TULIAN
MUDANÇAS
999758286

3

Interessa destacar aqui como Fernanda percebe a aquisição do imóvel: “Uma oportunidade boa”. Ela sabe que o preço dos imóveis na área dessa ocupação, com o processo de regularização fundiária promovido pela prefeitura, irá subir e, portanto, já percebe uma oportunidade de auferir renda dessa diferença de preços dos imóveis.

Ilegalismos populares

Nas periferias existe um complexo arranjo de ilegalismos populares que garante a reprodução de parte da população periférica e é gerido por meio de negociações tácitas com os diferentes grupos. Gabriel Feltran (2011), em suas inserções etnográficas, percebe a expansão do mundo do crime como uma referência social nas periferias decorrente de uma profunda transformação: o que funcionava como pilar fundante da dinâmica social das periferias em seu período de formação, nas décadas de 1970 e 1980, ruiu. As periferias eram um espaço de relações sociais estruturadas pela categoria trabalho, pelas ações coletivas populares, pela dominância da moral católica, pela centralidade da família e por sua perspectiva de ascensão social. Todas essas esferas mantinham a coesão interna desses ambientes e se confrontavam com o mundo do crime. Entretanto, atravessa-se um momento de crise – crise do emprego formal, do trabalho, do catolicismo, do projeto de ascensão social, bem como dos movimentos sociais – dentro da qual o modo de vida dos jovens foi conformado: o trabalho é incerto e, quando há, é precário. Portanto, as saídas criminosas parecem mais plausíveis e o regime normativo do mundo do crime mais aceito, pois é uma alternativa de reprodução social para os sujeitos periféricos. Feltran (2011) argumenta que, apesar dos matizes (que vão de um pai de família que abomina o tráfico ao próprio tráfico enquanto tal), a figura do bandido cumpre, atualmente, a função de garantir a coesão social num tecido esgarçado. Existe, agora, uma maior amplitude da circulação, interna às periferias, de um marco discursivo próprio do mundo do crime que disputa os espaços de legitimação nas formas de sociabilidade.

Vera Telles (2011) chama a atenção para o fato de que essa “nova economia política dos ilegalismos” está relacionada com a integração econômica globalizada que reconfigura as relações entre legalidade e ilegalidade para além de uma dicotomia. É nes-

sa “transitividade entre o universo da lei e o mundo do crime que se compõem as microrregulações da vida cotidiana” (Telles, 2011, p. 367). Apesar dessa conectividade, ela não ocorre sem conflitos. Com base na análise de um arranjo familiar que combina entre seus membros “trabalhadores” e “bandidos”, Feltran (2011) demonstra as tensões que emergem dessa organização – ambos os lados trocam ofensas e desconfianças uns em relação aos outros. A unidade se dá por um balanço: de um lado, os filhos trabalhadores sustentam a estrutura do grupo simbolicamente, enquanto os filhos “bandidos” garantem o sustento material.

Por fim, há algo a ser dito das organizações criminosas. Elas funcionam como verdadeiros *hubs* do agenciamento criminal, promovendo a unidade nas periferias por meio das formas de solidariedade e cooptação produzidas no seu interior (Feltran, 2011). O crime organizado possui a legitimidade de se constituir como gestor da vida periférica, apresentando regras de conduta claras, redes de acesso a mercadorias, serviços e favores e o estabelecimento de uma rede de confiança e segurança. No final das contas, as organizações criminosas operam como organizadoras de parte da vida social periférica.

A economia dos ilegalismos populares se conecta com a “economia em geral”. Feltran (2019) mostra muito bem como o dinheiro não tem problema algum em circular por diferentes regimes normativos, dando coesão onde existe conflito. Os pobres são mobilizados por essa economia, seja como clientes, consumidores, operadores, produtores ou intermediários, garantindo o ciclo das mercadorias ilegais.

Juliano é um jovem de 22 anos. Negro, com cabelos raspados, muito alto e magro, veste-se de maneira discreta. É morador da ocupação que se encontra no fundo de vale, descrita anteriormente. Juliano é um jovem tímido. Em nosso primeiro encontro, respondeu às perguntas de forma monossilábica.

Seus avós vieram do interior, e seus pais são nascidos em Belo Horizonte. O pai trabalhou como porteiro, mas está desemprega-

do há seis anos. Sua mãe sempre trabalhou como diarista e, embora “muito disposta, nem sempre arruma trabalho”, que é irregular. Atualmente, a família conta com a renda que Juliano recebe no trabalho fichado que desempenha na área central de Belo Horizonte, um salário-mínimo, além do auxílio emergencial de R\$ 600,00. Ele conta que a situação é muito difícil. Em nossa primeira conversa, dedicamo-nos a falar da história dessa ocupação e de sua família.

Entretanto, a história de Juliano interessa aqui por elementos que surgiram na segunda entrevista. Quando foi perguntado sobre como entendia os meios de sustento dos jovens na região em que mora, ele respondeu: “Uai, no corre, né?”. O corre a que ele se refere é o tráfico de drogas varejista.

As atividades criminais, como se sabe, figuram como uma alternativa relativamente recorrente para a obtenção de renda e melhoria do padrão de consumo desses sujeitos periféricos, em especial para uma parcela dos homens jovens (Feltran, 2011; Hirata, 2017; Beraldo, 2022). Juliano comenta que o tráfico de drogas na região chega a pagar R\$ 130,00 por dia de trabalho, se for um dia movimentado no varejo, com muitas vendas e “sem maiores dores de cabeça”. Ele mesmo faz os cálculos:

Olha só: eu estou trabalhando aqui todo dia, oito horas por dia e tiro R\$ 1.200 reais, um salário-mínimo. E eu sei que tem muitos por aí que não conseguem nem isso, que tão fazendo mil bicos e não tiram um salário, que estão praticamente pagando para trabalhar. Agora olha, um cara que está no corre pode tirar isso em questão de o quê? Dez, doze dias? É claro que quem tem a cabeça fraca vai escolher esse caminho.

Juliano reconhece que o corre aparece como uma estratégia para sobreviver na adversidade. O *mundo do crime* é, portanto, uma forma concreta de a população periférica sobreviver, em especial num contexto de crise. O trabalho de Gabriel Feltran

(2011) nas periferias de São Paulo demonstra isso¹⁴. O autor, em suas inserções etnográficas, percebe a expansão do mundo do crime como uma referência social nas periferias decorrente de uma profunda transformação: o que funcionava como pilar fundante da dinâmica social das periferias em seu período de formação, nas décadas de 1970 e 1980, ruiu. As periferias eram estruturadas pela categoria trabalho, pelas ações coletivas populares, pela dominância da moral católica, pela centralidade da família e pela perspectiva de ascensão social de seus membros. Todas essas esferas mantinham a coesão interna desses ambientes e se confrontavam com o mundo do crime. Entretanto, atravessa-se um momento de crise – crise do emprego formal, do trabalho, do catolicismo, do projeto de ascensão social, bem como dos movimentos sociais – dentro da qual o modo de vida dos jovens foi conformado: o trabalho é incerto e, quando há, é precário. Dessa maneira, as saídas criminosas parecem mais plausíveis e o regime normativo do mundo do crime mais aceito, pois é uma alternativa de reprodução social para os sujeitos periféricos.

Embora Juliano reconheça que os provimentos advindos do tráfico façam a diferença para o sustento de uma família na periferia de Belo Horizonte, ele diz que “não tem cabeça para isso”: “Claro, todo mundo já pensou em fazer um corre ou outro, né?”.

Os trabalhadores do tráfico possuem uma baixa expectativa de vida. Três meses antes da nossa primeira entrevista, o chefe da boca local havia sido assassinado com nove tiros, e a situação ainda não havia sido resolvida, com alguns conflitos acontecendo na disputa dos espólios. Juliano relata que esse confronto entre os “meninos do corre” resulta, não raro, em “dor de cabeça para nós”. Imaginamos que ele se refira aos trabalhadores. Quando questionado como ocorre essa relação entre dois mundos, ele responde, novamente

¹⁴ Contudo, existem consideráveis diferenças na forma de estruturação do mundo do crime em São Paulo e em Belo Horizonte. Em São Paulo, o crime é organizado pelo PCC; em Belo Horizonte, é mais fragmentado em gangues de dimensões reduzidas que competem entre si no mercado varejista de drogas e na demonstração de força e poder. (Beraldo, 2022)

de forma monossilábica: “Uai, é tenso, né?”. Ainda que sejam duas realidades organizadas por regimes normativos díspares, na periferia eles estão imbricados por uma questão objetiva. Muitas vezes, o mundo do crime e o mundo do trabalho se encontram debaixo do mesmo teto, numa convivialidade repleta de tensão.

“Todo mundo sabe quem é quem” – assevera nosso interlocutor. “É fácil sacar quem está no corre e quem é trabalhador”. São fronteiras que separam, mas são constantemente atravessadas.

É o caso de Fernanda e seu filho, Carlinhos, citado anteriormente. A casa que ele comprou para a mãe foi com dinheiro obtido a partir do seu envolvimento com o tráfico varejista local. A partir da entrada no crime, rapidamente, Carlinhos “começa a fazer grana”. Afinal, o mundo dos negócios ilícitos e violentos remunera melhor que os bicos e os trabalhos precários. Como demonstra Feltran (2019), os ganhos possíveis com as economias ilícitas (e seus vasos comunicantes com as economias lícitas) são importantes na adesão de jovens periféricos aos postos de trabalho no varejo de drogas.

Contudo, “apesar de estar no corre”, esclarece Fernanda, “é um menino muito bom, cuida da família”. Parece existir uma coexistência entre diferentes regimes de normatividade que garante uma estabilidade, ainda que frágil, entre o mundo do crime e a família. O fiel dessa estabilidade é, certamente, o dinheiro (Feltran, 2014). Aqui, importa perceber que o mundo do crime se tornou um modo de ordenamento da vida cotidiana periférica (Feltran, 2011), e a distinção entre trabalhadores e bandidos, tão recorrente no senso comum “do asfalto”, é, nas periferias, bastante porosa. O dinheiro do crime, adquirido por Carlinhos, ajudava na manutenção de toda a família.

O relato de Carlinhos e Fernanda revela a relação que pode existir com os modos de normatividade e legitimidade construídos pelo universo do crime. O filho de Fernanda que se envolveu no tráfico conseguiu levantar dinheiro suficiente para comprar um barracão para a mãe na área da ocupação.



Imagens extraídas do Google Street View

Associativismo comunitário

A ação coletiva dos movimentos populares é uma estratégia conhecida no Brasil e muito importante no processo de urbanização brasileira (Caldeira, 2017; Holston, 2013). Trata-se de uma forma de produção do espaço urbano realizada pela iniciativa popular, que se baseia em ações coletivas, auto-organização e atividades cotidianas dos moradores (Maricato, 1979). O associativismo comunitário em territórios periféricos pode assumir diferentes formas: movimentos sociais, associações de moradores ou de bairro, cooperativas, coletivos e grupos. Ou seja, designa uma coletividade organizada e autorregulada com objetivos compartilhados que agem coletivamente.

Por meio de diferentes formatos de mobilização popular e de ações políticas, os pobres urbanos conquistam direitos e melhoram suas condições de vida. Ônibus, água e esgoto encanado, energia elétrica, asfaltamento, além dos equipamentos públicos, como escola, posto de saúde, centro de referência da assistência social, entre outros, são importantes elementos para garantir a reprodução (Caldeira, 2017). Por exemplo, o associativismo comunitário desempenha papel fundamental no provimento das redes materiais que facilitam a circulação de pessoas, bens, energia, água, resíduos e informações, garantindo, dessa forma, efetivamente, o melhoramento das condições de reprodução social.

José Paulo, um senhor de 64 anos, branco, recebeu-nos em sua casa com entusiasmo. Usava uma camisa azul com a bandeira do movimento do qual faz parte bordada no bolso esquerdo. Imigrante paraibano, morou em Contagem, em São Paulo, no Rio de Janeiro e, agora que se aposentou, fixou-se em Belo Horizonte. O movimento que integra é de atuação nacional. Ele conheceu a casa onde mora atualmente ao visitar um companheiro do movimento que havia participado das primeiras ocupações originárias do cadastro que virou o loteamento público da área.

Quando comprou a casa do companheiro, em 2013, José Paulo já conhecia a base do movimento e onde atuaria politicamente. Ele comenta que as conquistas na melhoria das condições de vida da população foram alcançadas pela atuação do movimento popular. Segundo ele, o bairro é, hoje, bem servido de infraestrutura. E completa: “Fruto de muita luta, não foi fácil para chegar até aqui”.

Como já ressaltado, a ação coletiva desses movimentos populares representa uma estratégia conhecida no Brasil e muito significativa no processo de urbanização brasileira (Caldeira, 2017; Holston, 2013). Por intermédio de mobilizações populares e de ações políticas (de diferentes formas), os pobres urbanos conquistam direitos e tornam melhores suas condições de vida. O debate contemporâneo anglófono chama a atenção para o papel da infraestrutura na produção do espaço urbano (Addie et al., 2019; Hall, 2020). Os movimentos sociais, portanto, desempenham papel fundamental no provimento das “redes materiais que facilitam a circulação de pessoas, bens, energia, água, resíduos e informações (Addie et al., 2019, p. 10), garantindo, assim, as condições efetivas para o melhoramento das condições de vida da reprodução social.

As estratégias são variadas: pressão na prefeitura, com longas marchas até a região central; abaixo-assinados; reuniões com secretários e representantes do poder público.

Além da relação com o poder público, José Paulo ressalta que a presença dos movimentos sociais tem maior abrangência do que somente cobrar infraestrutura. Ele mesmo oferece curso de manutenção em mecânica e eletrônica gratuitamente para jovens da região: a contrapartida necessária é participar das reuniões de formação política que ele também conduz na garagem de casa. Com outros moradores da região, José Paulo coordena os trabalhos numa horta compartilhada onde são plantados diversos alimentos: mandioca, jaca, feijão, amendoim e hortaliças. Segundo

o militante, isso tem a função de colaborar na criação de um senso de comunidade entre os envolvidos, fortalecendo a consciência de classe e a solidariedade em momentos de crise, como a que ocorreu durante a pandemia.

A presença do movimento, portanto, pode ser compreendida como uma forma de garantir a reprodução social em áreas periféricas, o que possui uma enorme importância. A atuação dos movimentos sociais parece garantir às famílias periféricas meios de reprodução. Até hoje esse dispositivo de organização para garantir o mínimo para a reprodução social é uma estratégia mobilizada.

O associativismo popular, portanto, pode ser compreendido como uma maneira, com enorme importância, de garantir a reprodução social em áreas periféricas. Essas ações incidem na pressão às instâncias institucionais, em formas de ação direta de autoprovimento de serviços e infraestruturas e em ações de práticas cotidianas de reprodução (Paolinelli & Canettieri, 2019). As várias versões do associativismo popular garantem às famílias periféricas um caminho para acessarem condições de vida por meio de diferentes estratégias, mobilizando vários recursos, mas, em geral, dependendo da organização coletiva.

Apesar da importância para a reprodução das famílias que se organizam junto ao movimento, o relato de José Paulo também transparece a dificuldade: “Tem a questão do individualismo que é muito forte na nossa sociedade. A pessoa quer resolver só o problema dela e não percebe que é um problema compartilhado”. As ações coletivas são cada vez mais difíceis, ele avalia, pois existe uma dificuldade de mobilização para as pessoas participarem das atividades. Seu movimento frequentemente discute essa situação e testa formas de criar vínculos sociais fortes capazes de garantir a aderência das pessoas, mesmo com muitos obstáculos.

A consolidação do loteamento público entregue pela prefeitura nos anos 1990 e as sucessivas transformações do espaço na área reforçaram a perspectiva individualista: “O povo acha que os problemas são só do portão da casa pra dentro”, diz José Paulo. Ainda

que ele não morasse na área quando o loteamento foi implementado, já conhecia a região e a visitava com frequência, sendo que ali seu camarada de movimento já atuava. Com o passar dos anos, muitas pessoas que vieram “da luta” foram vendendo os lotes e se mudando. Com a mudança de perfil, José Paulo vê outra dificuldade na mobilização.

Kopper (2022, p. 298) comenta, ao analisar um conjunto habitacional na periferia de Porto Alegre, como as transformações em direção a uma maior sensação de domesticidade e de conforto diminuem o espaço e o escopo da ação política. Assim, apresenta a noção de “democracias privadas para sinalizar as mudanças nas escalas de interesse político” no sentido do público para o privado. O lugar de mobilização e reivindicação ocupado pelas periferias tende a se transformar no espaço também da privacidade e reclusão, mimetizando os espaços das classes médias tradicionais do Brasil.

Mesmo assim, José Paulo insiste na construção coletiva. “Tem que ser assim mesmo, um trabalho de formiguinha. Só assim a gente transforma a ideologia individualista e a ideologia fantasiosa da classe média”.

Contudo, se o espaço do loteamento público consolidado nos anos 1990 culmina nesse sentido, o território contíguo ao bairro de ocupação recente possui uma outra dinâmica de mobilização e de associativismo. A área, ocupada em 2013, conquistou segurança de posse apenas muito recentemente, com um projeto de regularização fundiária para a região. Desse modo, a condição de permanência esteve ligada à capacidade de mobilização e manifestação das pessoas que vivem lá. Assim como descrito por José Paulo, esse território popular, para permanecer, teve que se valer de estratégias de associativismo comunitário para garantir a resistência no local.

Uma das pessoas que se destacou nesse processo foi Camila, jovem mulher negra, que se tornou liderança importante da ocupação. Ela se mudou em 2013 para a área, logo no início da

ocupação, e construiu sua casa para morar com seus filhos. Ali se destacou, por sua oratória, carisma e disposição para a “luta”. Passou a integrar a coordenação da ocupação, onde as estratégias para a resistência eram traçadas. Nesse sentido, Camila experimentou um processo forte de politização, dialogando com os movimentos, apoiadores, técnicos da prefeitura e políticos profissionais. Sempre muito hábil, conseguia avançar nas negociações e, quando não tinha sucesso, era capaz de mobilizar as pessoas para grandes manifestações. Sua importância para o movimento se tornou imprescindível.

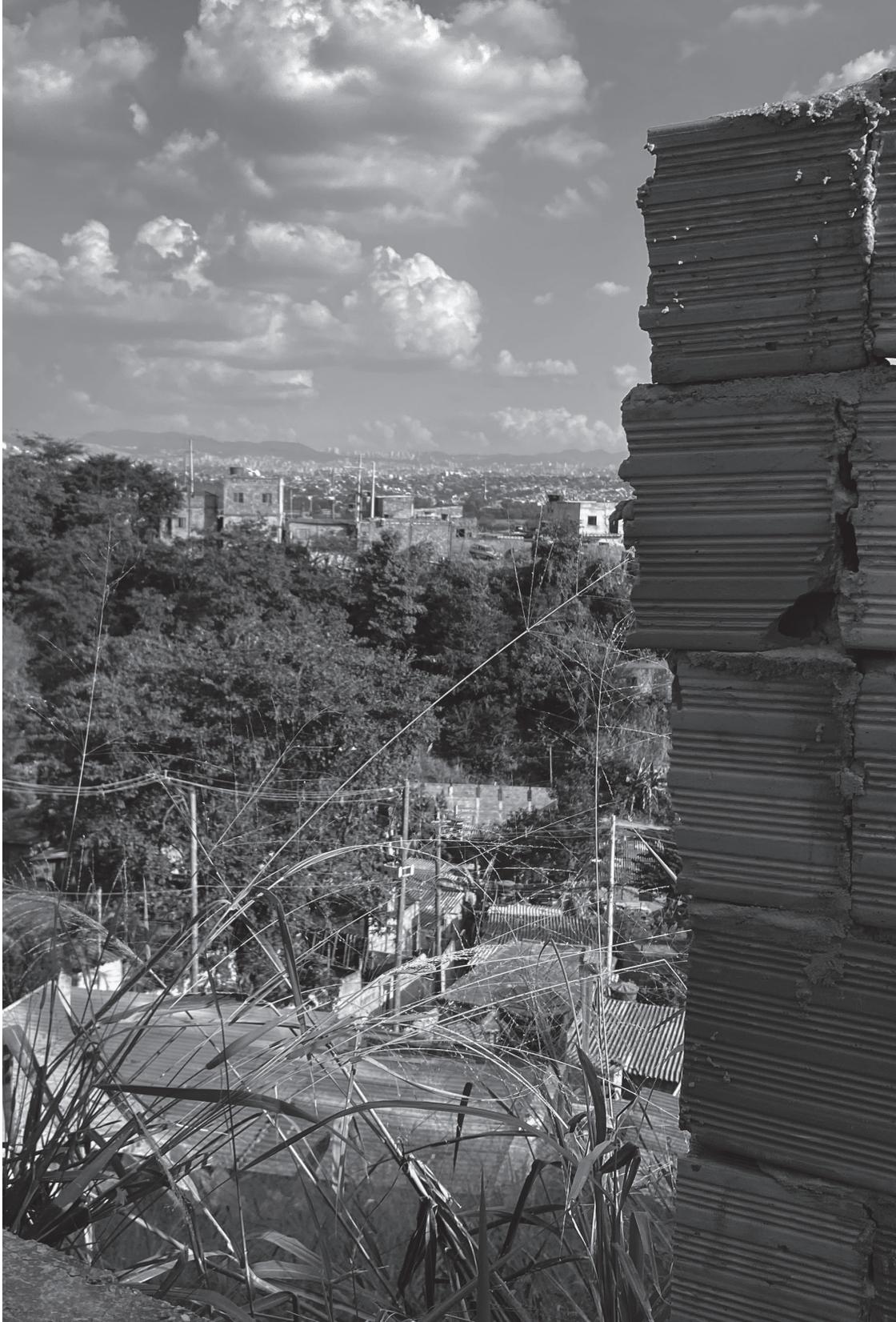
De 2013 a 2015, as assembleias na comunidade eram semanais: “E eram assembleias, assim, cheias”, pois a discussão passava sempre sobre o risco de despejo iminente. Assim, mantinha-se uma constante mobilização da comunidade, produzindo um efeito agregador poderoso. Dessa maneira, é exatamente o risco de despejo que mantinha afastado o risco da democracia precária mencionada anteriormente.

A mobilização para permanecer na ocupação, criada por meio dos modos de associativismo, pode ser interpretada como uma forma de reprodução social crítica.

Hoje o movimento comemora o início das obras e do processo de regularização. “Finalmente, a gente poderá ter dignidade, com nossa casa, que conquistamos com tanta luta”, falou Camila numa assembleia em 2024 em que técnicos da prefeitura, secretários do governo federal e políticos anunciavam o grande projeto de regularização. Se o futuro da ocupação será diferente do loteamento, só o tempo poderá dizer.

Atualmente, dada sua importância na luta por moradia, na representação de um enorme território popular, como uma exceção dos vários casos apresentados aqui de vidas sem salário, Camila trabalha como assessora política em um gabinete de vereança de esquerda. Ela planeja se lançar como candidata num pleito futuro e se eleger. Essa é uma outra expressão do associativismo popular como meio de reprodução social: pessoas que se destacam na

capacidade de mobilização podem se inserir em gabinetes, sobretudo de cargos legislativos, a fim de manterem a mobilização territorial e fazerem trabalho de base que já realizam de modo a garantir direitos e meios de sobrevivência de suas comunidades, ao mesmo tempo que representam cabos eleitorais territorializados nas comunidades.



Fraturas e fronteiras periféricas na reprodução social crítica

O conjunto de práticas de reprodução social crítica nas periferias forma uma constelação de estratégias para o enfrentamento do mosaico de adversidades que marca o cotidiano dessas populações. Embora a exposição aqui realizada tenha delimitações estanques, como dito, isso não ocorre na realidade. Existem “fronteiras” que separam esses regimes normativos e de legitimidade, no entanto, como é da natureza das fronteiras, as pessoas atravessam-nas com frequência. Uma pessoa tem tão ou mais condições de se reproduzir materialmente quanto sua capacidade de navegar por esses regimes normativos e de legitimidade, compreendendo seus códigos e suas práticas, mobilizando-os de acordo com cada situação. Vera Telles (2011) nomeou esse procedimento de “arte do contornamento”, que envolve uma inteligência prática, desenvolvida nas experiências cotidianas, e um senso de oportunidade como condição de garantir a reprodução dia após dia.

Como visto até aqui, a sobrevivência na adversidade da periferia brasileira depende da composição e complementação de diferentes estratégias. Mas essa zona cinzenta de indeterminação não apaga as fronteiras - pelo contrário, ocorre uma multiplicação das fronteiras (Mezzadra & Neilson, 2013). Nesse sentido, Mezzadra e Neilson (2013) argumentam que as fronteiras desempenham a função de configuração do mundo. Mesmo olhando para uma escala diferente daquela que a dupla de autores trabalha, a noção de fronteira aqui é essencial para reconhecer a multiplicidade e a heterogeneidade interna da periferia, afinal, como os autores definem, as fronteiras são produtoras de diferenças. As fronteiras periféricas têm a capacidade de regular os limites dos vários regimes de normatividade e das várias estratégias de reprodução social crítica que circulam nesses territórios. Contudo, a separação promovida pelas fronteiras, que delimitam o espaço do legal e do

ilegal, do formal e do informal, do ilícito e do ilícito, do trabalho e do não trabalho, além dos vários regimes de normatividade, é apenas relativa. Existe uma transitividade entre essas condições que permite aos sujeitos periféricos se deslocarem por diferentes normatividades e variados regimes de legitimidade que se constituem nos territórios periféricos.

Torna-se necessário, portanto, que os indivíduos transitem por diversos regimes normativos. Entretanto, o que permite servir de passaporte para cruzar cada uma dessas fronteiras dos regimes normativos em voga é o dinheiro (Feltran, 2014). Por conta disso, entre o trabalho incerto, os ganhos irregulares, os empregos de pouca duração, a instabilidade ocupacional, o “perrengue” com as contas no final do mês, o boleto da dívida, o risco no crime e a cobrança do aluguel, o indivíduo está atrás é de dinheiro para se constituir enquanto sujeito monetário, mesmo que ele nunca consiga acumular o suficiente para sair dessa condição.

Gabriel Feltran (2014) aponta que os conflitos entre as fronteiras são mediados não apenas pelos valores cristãos, ou pela ascensão da ideia de cidadania, lei e direitos, como mediadores, tampouco os conflitos podem ser reduzidos apenas à lógica da violência. “O dinheiro é objetivamente elevado ao estatuto de forma mediadora entre grupos populacionais em conflito” (Feltran, 2014, p. 497). Como cantam os Racionais M^C s, “Deus é uma nota de cem”, e seu poder está em conseguir circular indiferenciadamente por mercados legais e ilegais, garantindo a mediação entre esses universos.

O poder do dinheiro como mediador privilegiado para o conflito social contemporâneo fica ainda mais evidente no contexto de crise. Afinal, o dinheiro também é a condição necessária para a sobrevivência no mundo da mercadoria. Se o salário era a forma de os pobres acessarem o dinheiro para sobreviver, quando o salário deixa de cumprir essa função por causa da crise do trabalho generalizada, outras estratégias são mobilizadas para permitir aos pobres acessarem o dinheiro necessário.

Com o aprofundamento da crise, as dimensões da reprodução material da vida passam por uma reconfiguração. As formas contemporâneas de reprodução ativam circuitos econômicos que transitam nas incertas fronteiras do informal e do formal, do ilegal e do legal, do ilícito e do lícito. Importa destacar que todas essas linhas se entrecruzam nas práticas sociais da periferia, penetram a economia doméstica e a circulação das mercadorias e o jogo social se faz a partir da conexão – não sem tensões e choques – com outros circuitos e regimes normativos que se embaralham. Vez ou outra, as estratégias de sobrevivência descritas aqui podem se entrelaçar com o trabalho assalariado, afinal, este não acabou por completo. O que busquei frisar é que as estratégias para sobreviver na adversidade envolvem composições complexas, legitimadas pelas práticas de vida cotidiana dos grupos periféricos. Para sobreviver na adversidade da periferia, é preciso desenvolver uma combinação de estratégias e articulá-las de modo a aumentar sua eficiência de sobrevivência. Ao mesmo tempo, todavia, essa situação acaba reproduzindo e atualizando desigualdades históricas que são incorporadas ao atual momento do capital: basta pensar como as formas de exclusão racial de uma sociedade racista e a permanência da violência de gênero de uma sociedade patriarcal são constantemente incorporadas e amplificadas no contexto de crise¹⁵.

Não é possível ignorar o fato de que essa reprodução está, muitas vezes, restrita a fazer uma gestão da miséria. Por meio dessas estratégias de reprodução social crítica, a vida cotidiana em um contexto de formas sociais decadentes continua se reproduzindo. Dessa maneira, ocorre a mercantilização de todas as relações sociais e momentos da vida cotidiana, mas num sentido diferente do ressaltado por Henri Lefebvre (2014). Já não ocorre uma domi-

¹⁵ Aqui, tenho em conta exatamente a formulação de Roswitha Scholz (2008, s.p.): “Ora, deduz-se precisamente da estrutura da dissociação-valor, como forma fundamental, que no capitalismo a estratificação social, a desclassificação e a exclusão são definidas como necessárias”.

nação pela inclusão nas formas sociais do capital, mas pelo seu contrário: a exclusão completa e absoluta dessas formas de reprodução social próprias do capital. Essa dinâmica contraditória não extingue a monetarização da vida e a mercantilização do cotidiano. Cibele Rizek (2022, p. 57) identifica os modos de gestão diferencial da pobreza instaurados nas periferias, que estimulam o desenvolvimento das formas de reprodução crítica descritas aqui, “criavam e recriavam (em vez de se contrapor e neutralizar sua ação) mercados” das mais variadas naturezas: políticos, religiosos, de práticas ilegais, culturais, entre tantos. Ao mesmo tempo, essas mesmas práticas de gestão diferencial do território produziram versões de violência (Machado da Silva, 2004) que já não apontam para a transformação social, mas para uma espécie de reprodução da crise, cada vez mais gerenciada de maneira securitária.

Embora não tenha sido o foco desta pesquisa, frequentemente o assunto nas conversas e entrevistas se direcionaram para a política eleitoral. Desse modo, pude ver como fraturas políticas existem nos territórios periféricos. Richmond (2020) analisa as várias narrativas sobre a crise e as escolhas políticas de grupos internos aos territórios periféricos, buscando explorar como os residentes interpretam suas experiências. Segundo o autor, há três grupos que refletem uma determinada estrutura narrativa para interpretar a situação em que vivem e que ajuda a explicar as escolhas políticas: (i) os trabalhadores irritados que são caracterizados por uma forte aversão à corrupção e uma insatisfação com a classe política. Muitos votaram no Lula e no PT nas eleições anteriores, mas o discurso anticorrupção parece traduzir-se numa crise de representação, e muitos votaram em Jair Bolsonaro nas eleições de 2018. (ii) O grupo denominado “cidadãos descontentes” é caracterizado por uma frustração generalizada com a situação socioeconômica e política, produzindo uma forte desconfiança e um voto sem entusiasmo, mas muito pragmático, gerando uma postura política complexa e multifacetada. Por fim, (iii) o grupo dos “lutadores nostálgicos” é composto por indivíduos com uma

história de ativismo político e identificação com o Partido dos Trabalhadores e a esquerda, muito comum nos territórios periféricos. Tendem a votar de maneira leal ao PT e à esquerda, valorizando as conquistas históricas de suas lutas, embora possuam críticas. A estrutura analítica proposta por Richmond (2020) é importante porque permite ver, novamente, as várias fraturas internas às periferias e como são territórios marcados por grande heterogeneidade. Cada uma das percepções políticas é construída a partir das experiências individuais e coletivas e, mesmo que condições socioeconômicas compartilhadas existam, as posturas frente a elas podem ser bastante diversas.

A desclassificação social produzida pela crise e que obriga os sujeitos periféricos a experimentarem o encurtamento das suas expectativas em relação ao assalariamento também redundam em dessolidarização, o que acaba produzindo a circulação de um afeto de desânimo com a situação política contemporânea. Essa dessolidarização, embora generalizada, reproduz marcadores de raça e gênero, reforçando opressões históricas, mesmo no interior da classe trabalhadora sem trabalho.

Esse modo de interpretação política também apareceu nas minhas inserções de campo, revelando a estrutura fraturada da posição política das periferias que não pode ser interpretada de modo monolítico. A maneira como os indivíduos interpretam suas condições objetivas de reprodução social varia de acordo com as experiências de vida e de seus laços sociais.

Parece-me que, enquanto expressão das condições de reprodução material da vida, os discursos políticos também se tornaram mais fragmentados e diversos nas periferias urbanas do Brasil. Assim, os vários modos de reprodução social crítica podem ajudar a compreender também o cenário político nesses territórios, pois a narrativa legitimadora que produzia uma pretensa unidade baseada no trabalho foi substituída por mil e uma virações que dificultam o compartilhamento de experiências, promovendo a fragmentação política.



VENDE SE R\$5,00
BOLO.NÓ.POTE

301

LAVA
TATO
EBENIZAN

BUCKA
GUARUBA
O GERAT
GERAT C
LA VAVO
TABIE T

Disjunções do progresso

Num país com a inscrição “Ordem e Progresso” cravada na bandeira nacional, não é de se estranhar que o binômio modernizador ocupe lugar de relativo destaque, seja no imaginário popular cotidiano, seja no debate político. De um lado, o progresso era condição para superar definitivamente o passado escravocrata e rural, permitindo a modernização do país (Durham, 1973; Kowarick, 1979). Contudo, essa promessa foi frustrada à medida que os saltos modernizantes do país não eram generalizados, mas circunscrevem um perímetro bem pequeno (Canetti, 2023b). A permanência das formas arcaicas, como “descendência” do período da escravidão, impossibilitou que o progresso se tornasse uma categoria explicativa da realidade nacional.

Assim, as famílias pobres e periféricas transformaram a expectativa de progresso em projetos de mobilidade social ascendentes. Parte da população via a possibilidade de integração e, de fato, durante um tempo - como já discutido aqui - essa possibilidade de fato existiu, ainda que muito mais restrita do que normalmente se reconhecia (Durham, 1973; Kowarick, 1979). Como escrevem Amorim e Feltran (2023, p. 25), a expectativa de ascensão social impulsionou os fluxos migratórios do campo para a cidade e reestruturou as relações de trabalho. Entretanto, ao mesmo tempo, a mesma expectativa de progresso colocou em marcha dinâmicas espoliativas que persistem no cotidiano das periferias urbanas brasileiras.

A narrativa do progresso já parecia descolada do mundo do trabalho, mas ganhou um novo lastro com a emergência de diferentes regimes normativos (por exemplo, o do crime, com o PCC que diz “ser fonte do progresso dos irmãos”; ou da igreja, que promete “melhorar a vida de seus fiéis”). Desse modo, elementos novos são adicionados à equação da ordem e do progresso (Amorim & Feltran, 2023).

Nesse contexto de crise analisado, a expectativa de progresso ou se individualiza e se torna um golpe de sorte ou uma tentativa de empreendimento (um novo negócio, uma aposta num bet, uma tentativa como jogador de futebol ou como músico, uma fita no crime); ou se evanesce.

Esse é o caso que Caldeira (2022) descreve em sua pesquisa. Segundo a autora, a regulação da vida cotidiana é hoje dada pelo conceito transitório, considerando que as “percepções de tempo que se desconectam de noções de linearidade, direcionalidade, progresso, ascensão e desenvolvimento que serviram como parâmetros organizadores em modos anteriores de perceber o tempo” (Caldeira, 2022, p. 126). A ideia de progresso perdeu sua capacidade de se constituir enquanto um vetor de força: nas periferias prevalece uma concepção de que o crescimento econômico ou a ascensão social não são resultados certos.

Isso transforma substancialmente o modo como os sujeitos constroem suas expectativas. Ao invés de uma direcionalidade necessariamente ascendente, Caldeira (2022) escreve, o deslocamento contemporâneo possui características de uma lateralidade, isto é, não se traduz na mudança no sentido de uma condição melhor ou superior, mas num deslocamento lateral em condições de precariedade mais ou menos persistentes. Caldeira (2022) resalta a condição de transitoriedade permanente, mas sem a expectativa de uma ascensão. Em campo, frequentemente percebi o uso de expressões que designam uma *imobilidade em movimento*, um movimento constante, mas que não produz mais perspectiva de ascensão social. Por exemplo, usam-se as expressões “estar no corre” ou “na correria” ou “correr atrás” com frequência para se referir às múltiplas estratégias de reprodução social, mas sempre desconectadas de um horizonte de melhoria de vida. Observam-se exemplos disso o tempo todo no cotidiano: ter um emprego formal não é mais sinônimo de estabilidade como já foi no passado; esforços para a conquista da educação formal não necessariamente se traduzem em mobilidade social.

A expectativa de um futuro com progresso foi substituída por uma impressão generalizada de crises recorrentes e emergências eminentes em todas as escalas. Não se trata mais apenas de um futuro do pretérito, como “poderia ter sido”, mas como é a vida cotidiana “depois” que as promessas de progresso e melhoria se desfazem (Kroijer; Kolling; Sen, 2023).

Os sujeitos periféricos, sobretudo, convivem cotidianamente com expectativas frustradas, que produzem um horizonte declinante. Escutei dos meus interlocutores várias expressões correlatas: “Tá osso”; “Tá difícil”; “É foda”; “Está muito complicado”. Frases que indicam uma certa capitulação frente às dificuldades. Mesmo que os relatos analisados aqui de reprodução social crítica configurem esforços resilientes para resistir às adversidades, o cansaço acumulado alcança a todos e produz um sentimento generalizado de frustração. Outros tantos já apontam alguma resignação com a situação que vivem rotineiramente: “É assim mesmo, né?”. Esses fragmentos de narrativa revelam o sentido com que as pessoas interpretam a própria realidade, sem mobilizar a categoria de progresso ou de ascensão social.

Quando aparece, entre meus interlocutores, a noção de progresso, esta é frequentemente tomada como algo que já ocorreu, que está no passado. Maria, que foi contemplada pela política pública de habitação, foi morar no bairro quando “não tinha nada”. Ela, seu marido e dois filhos moraram um tempo na barraca do exército cedida pela prefeitura. Ela viu a construção da própria casa, o asfaltamento, a instalação das ligações de água, o esgoto e a energia elétrica, a linha de ônibus, a chegada do posto de saúde, o CRAS, as políticas de assistência social, entre outras coisas: “Ah, aqui progrediu muito, né?” - diz. Sua referência de melhoria é no passado e, em sua perspectiva, para quem “morava em invasão” e agora tem sua “casa própria”, a sensação foi de ascensão social. Contudo, ao conversar com Isa, sua filha, que passou por sucessivas situações de desemprego, com o marido preso e teve

que voltar a morar no lote da mãe, a perspectiva da ascensão não aparece em sua narrativa.

Em alguns outros casos, a vida após o progresso é caracterizada pela desilusão, mas certamente existem várias formas de interpretar essa situação. São raros aqueles que se referem ao progresso como algo porvir. Esse grupo, mesmo diminuto, inclui aqueles que possuem uma relação mais religiosa. Mesmo reconhecendo os desafios que estão colocados, utilizam um dispositivo de compensação: “Deus escolhe os mais fortes para as tarefas mais difíceis”, me disse uma interlocutora. Dessa maneira, mesmo frente às várias dificuldades, está em jogo uma capacidade de não produzir abatimento.

Além dos modos diferenciais de ler e interpretar a crise que vivenciam, há quem espere pelo progresso - mais uma vez. O grupo que aguarda a regularização fundiária, mesmo que conviva com situações bastante precárias, indica em suas narrativas uma expectativa alta em relação ao futuro: “Com a chegada da prefeitura, a gente vai ter mais dignidade”. Contudo, o processo já se arrasta desde 2019, e algumas pessoas já dão indícios de esgotamento: “Político é tudo igual, só promete, mas na hora de fazer, some”.

Entre os relatos, aquele que mais me chamou a atenção para o aspecto da frustração das expectativas foi o de Kleber, o microempreendedor com duas lojinhas debaixo de sua casa. À primeira vista, localizada na avenida principal do bairro, a casa de alvenaria com acabamento, com duas lojas, poderia indicar, ao menos aparentemente, uma condição material mais estável; contudo, sua desilusão é a mais palpável. Parece existir um mecanismo de frustração que é relativo: quanto mais se espera, mais se frustra.

Ao focar minha atenção nos modos de reprodução social das classes periféricas num contexto de crise, foi possível também refletir sobre o lugar que essas pessoas imaginam no futuro. A pesquisa se iniciou num contexto de crise econômica, marcadamente agudizada pela pandemia de Covid-19 e pela gestão catastrófica do governo Bolsonaro. Certamente, é um momento

particular na história brasileira que impactou as perspectivas de futuro. Entretanto, parece-me possível pensar, a partir dessa crise, a condição mais ou menos perene desta condição na periferia. Interessa aqui perceber como a expectativa em relação ao futuro tem se alterado, produzindo uma postura mais conformista, fatalista ou, ainda, derrotista. O reconhecimento das adversidades que enfrentam cotidianamente e as dificuldades de superá-las produzem um sentimento de frustração bem disseminado.

Ao olhar para as estratégias de reprodução social crítica, vemos práticas que podem proporcionar resiliência, mas, ao mesmo tempo, podem minar as oportunidades e as aspirações futuras. As estratégias de reprodução social crítica que descrevi aqui não conseguiram tirar as pessoas da pobreza. Trata-se de uma dinâmica de “declínio da ascensão”, ou seja, a expectativa de um horizonte de ascensão social se torna cada vez mais fechada e restrita, produzindo toda sorte de efeitos subjetivos e objetivos na reprodução social dessas famílias.

PODEROSA CAMPANHA DE LIBERTAÇÃO E CURAS

NÃO SOFRA MAIS !!!

NO DIA 14 DE JUNHO

ÀS 9:00 HS E ÀS 19:30 HS.

VENHA RECEBER E SER LIBERTADO

- Orações Fortes,
- Libertações do Mal (Inveja, Olho gordo)
- Problemas Financeiros
- Problemas familiares (Brigas, Separação, etc.)
- Livramento dos Vícios

LOCAL: IGREJA UNIVERSAL UNIDA

ENDEREÇO: Rua Fernando de Sá, 111 - Horto do Carmo - São Paulo - SP

PODEROSA LIBERTAÇÃO

NO DIA 14 DE JUNHO

ÀS 9:00 HS E ÀS 19:30 HS.

VENHA RECEBER E SER LIBERTADO

- Orações Fortes,
- Libertações do Mal (Inveja, Olho gordo)
- Problemas Financeiros
- Problemas familiares (Brigas, Separação, etc.)
- Livramento dos Vícios

LOCAL: IGREJA UNIVERSAL UNIDA

ENDEREÇO: Rua Fernando de Sá, 111 - Horto do Carmo - São Paulo - SP

PONTO LIMPO
PROIBIDO JOGAR
LIXO E ENTULHO

#VEMPRAJEQUITI



**CADASTRE-SE
AGORA**



→ **GANHOS DE 30% OU + Na
REVENDA DOS PRODUTOS**

→ **Chance de ser sorteado no
PROGRAMA RODA A RODA**

Falar com Vera



Uma constelação da reprodução social crítica

Nas periferias está posto um complexo arranjo de adversidades acumuladas. Para sobreviver nessa situação, várias estratégias são empregadas. As formas de reprodução social crítica descritas aqui se misturam com frequência. Trata-se de estratégias que as pessoas mobilizam e desmobilizam constantemente a depender do contexto. Não é preciso destrinchar cada uma das combinações possíveis: as variações são praticamente infinitas. O que interessa é ressaltar o aspecto complexo das disjunções periféricas, constantemente (re)combinadas para garantir a reprodução social crítica. Como dito anteriormente, essa reprodução opera nas fronteiras, muitas vezes indiscerníveis, entre vários regimes normativos e de legitimidade, envolvendo um complexo arranjo de aparatos e instituições, formais e informais. Desse modo, ao falar de uma constelação da reprodução social crítica, quero enfatizar como as diferentes estratégias se relacionam de modo muito estreito e próximo. Na verdade, a ideia de constelação revela que seu sentido mais amplo só pode ser apreendido na consideração das suas várias partes que, na verdade, não estão separadas, cindidas, mas fazem parte de uma mesma totalidade.

Se Azaïs (2012) descreveu as zonas cinzentas do assalariamento, aqui busquei analisar as zonas cinzentas da reprodução social, nas quais os vários modos de acessar dinheiro - necessário para sobreviver no mundo dominado pela forma-mercadoria - envolvem constelações de estratégias. O que apresento como reprodução social crítica designa as várias estratégias mobilizadas pelas pessoas que vivem na periferia para garantir sua reprodução. Como visto, isso envolve formas de mobilização da propriedade privada para microempreendimentos ou para aluguéis, realização de “gatos”, geração de autossustento a partir da terra, trabalho feminino gratuito, trabalho precarizado, renda do salário e envolvimento com atividades ilícitas.

Nesse contexto, as estratégias são sempre (re)mobilizadas, atualizadas, abandonadas, retomadas etc. Nas periferias o trabalho de viração, o assistencialismo de crise, o microempreendedorismo, o endividamento de baixa renda, o rentismo periférico e os ilegalismos populares se fundem e constituem uma forma específica de reprodução social baseada na precariedade. Assim, pode-se entender essa forma-periferia como o produto, a condição e o local onde a precariedade se constitui como parâmetro da reprodução social.

É nesse sentido que, como escreve Ribeiro (2015, p. 193), nas periferias, “a reprodução social enquanto sociabilidade marcada pela crise do trabalho aparece de forma entrelaçada com outras categorias da reprodução do capital, como a cisão do feminino, o crédito, o consumo, e a promessa de rendimentos futuros, a formação educacional e as rendas advindas de aluguéis e aposentadorias”.

Vale insistir que essas estratégias de uma reprodução social crítica nada têm a ver com formas astutas de o capital ampliar sua acumulação. Aqui, seguimos o diagnóstico de Kurz (1993) referente ao colapso da acumulação resultante das contradições internas dessa dinâmica social autodestrutiva. Ao contrário, a reprodução social crítica é um sintoma exatamente no momento de dissolução das formas-sociais capitalistas decorrente da aproximação de seu limite interno (e infinito) que produz esse derretimento social.

Entretanto, ainda que disseminados, os modos como as práticas de reprodução social crítica se realizam merecem atenção aos particulares. Espero ter ficado evidente que as dinâmicas de reprodução social crítica analisadas aqui estão conectadas com a estrutura racista e patriarcal da sociedade brasileira, reproduzindo desigualdades históricas. Assim, para compreender a complexa trama de estratégias de reprodução é preciso considerar como raça e gênero se entrelaçam, criando experiências de opressão, mas também de resistência (Hill-Collins, 2017). Trata-se de modos particulares de experiências de violência a que certos gru-

pos estão sujeitos por conta das diferenças de gênero, raça, entre outras. A maioria dos interlocutores desta pesquisa é de pessoas negras e mulheres, indicando que são indivíduos que convivem com aquilo que chamei aqui de reprodução social crítica de modo mais cotidiano. Atestado da “descendência sociológica” que conecta a realidade dos escravos de ganho à condição de viração (Manolo, 2014). Dessa maneira, a reprodução social no contexto de crise reflete o conjunto das estruturas multifacetadas das opressões e violências históricas ao mesmo tempo que resiste a essas estruturas. Como foi discutido, a reprodução social crítica nos territórios periféricos está em relação com as lógicas do capitalismo e as especificidades locais, sem se opor diretamente a elas, mas, sim, interagindo de maneira complementar.

A diversificação e a complexificação da matriz de formas de reprodução social estão conectadas ao caráter efêmero e desubstancializado do trabalho nessa sociedade de crise. Além de ser uma questão de reprodução material, essas transformações impactam também na formação das identidades e dos reconhecimentos intersubjetivos. Não é exagerado supor que dessa condição só pode haver a intensificação e o agravamento dos conflitos sociais.

A crise do capital tende a aprofundar a condição periférica (Canettieri, 2020). Esse processo ocorre, como discute Elisa Verdi (2023), em pelo menos três sentidos complementares: i) a periferia da economia, entendida como a ausência de formalização, isto é, uma posição marginal em relação à economia formal; ii) a periferia do trabalho, condição imposta sobretudo a mulheres (e em especial mulheres negras) como o conjunto de atividades invisibilizadas de cuidado; iii) a periferia do urbano, como espaço de privação manifestada na forma segregada da cidade. Essa chave analítica proposta por Verdi (2023) ajuda na compreensão da reprodução social crítica que se desenrola na periferia e, em especial, permite articular a questão de gênero e étnica como maneiras de se compreenderem as estruturas que sustentam a

desigualdade estrutural da sociedade brasileira e reproduzem as formas de dominação social num contexto de crise.

Dessa situação emerge o que Amélia Damiani (2004) chama de “economia de sobrevivência” e generalizam-se formas características da periferia que se expande e agudiza sua condição. A dimensão do cotidiano se torna, portanto, ponto de vista privilegiado para compreender as transformações ocorridas na prática espacial. As várias estratégias de reprodução social crítica se integram ao momento contemporâneo da “urbanização crítica” (Damiani, 2004; 2000).

É na vida cotidiana que a fricção entre a mediação da ordem distante e da ordem próxima ocorre (Lefebvre, 2014), gerando tensões e conflitos. O contexto de crise que vivemos faz com que esse choque produza as variadas formas de reprodução social crítica, como resultado das experimentações e gambiarras, inventadas e reinventadas, pelas pessoas. A existência determinada pelo dinheiro, ao mesmo tempo que bloqueia as condições objetivas de acessá-lo, produz formas de vida tão particulares quanto diversas. O encontro do imperativo da sociabilidade do valor com sua impossibilidade de realização faz emergir o conjunto complexo das variadas geografias materiais da reprodução social crítica. A constelação de estratégias mobilizadas para a reprodução social das populações periféricas está intrinsecamente conectada ao momento contemporâneo da reprodução do capital que atinge seu limite interno e absoluto, agravando a crise.

É a reprodução social crítica que garante uma certa unidade dos espaços periféricos como o produto e a condição da perpetuação do colapso das formas historicamente determinadas de mediação social. Dessa maneira, a periferia é o local onde a precariedade se constitui como parâmetro da reprodução social. Essa realidade, embora sempre presente na periferia, parece se tornar mais hegemônica à medida que avança a transformação do tecido social decorrente do aprofundamento da crise do capital. Ao

mesmo tempo, exatamente esse processo produz, como visto, um conjunto heterogêneo de práticas de reprodução social.

Os casos apresentados indicam as várias estratégias que se combinam para sobreviver na periferia durante a crise. Sem o amálgama da forma do trabalho que garantia alguma coesão, mesmo que no direcionamento das expectativas, agora as pessoas se viram das mais variadas maneiras, compondo diferentes fontes de recursos e meios de se reproduzirem. As práticas de reprodução social dos trabalhadores sem trabalho são meios - mais ou menos eficientes - para se obter dinheiro. Afinal, a existência social continua submetida à necessidade de se alcançá-lo. Assim, as classes periféricas encontram as mais variadas formas para garantir sua reprodução nesse contexto de crise. Desse modo, a noção de reprodução social crítica serve, em especial, para captar a maneira específica de reprodução da força de trabalho sem trabalho, que não é mais absorvida nos circuitos produtivos do valor e que, ao mesmo tempo, está submetida à socialização pelo dinheiro. Os diferentes caminhos pelos quais os *trabalhadores sem trabalho* garantem sua reprodução são, como visto, eminentemente críticos. Isso significa uma forma particular de produção do espaço e de urbanização: *a urbanização sem salário*. É por esse viés que se desenvolve e se aprofunda a crise, fazendo implodir a sociedade do trabalho e criando diversas versões de reprodução social - uma multiplicação das estratégias de reprodução social para além do assalariamento. Todavia, ainda que se apresente como uma constelação heterogênea de estratégias, todas estão homogeneamente constringidas ao imperativo da socialização baseada no dinheiro.



Referências

ABÍLIO, L. Relatório de pesquisa: informalidade e periferia no Brasil contemporâneo. In: MARQUES, L. **Trajetórias da informalidade no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2021.

ABÍLIO, L. Uberização e viração: mulheres periféricas no centro da acumulação capitalista. **Margem Esquerda**, n.31, p.54-59, 2018.

ADDIE, J.-P.; GLASS, M. & NELLES, J. Regionalizing the infrastructure turn: a research agenda. **Regional studies and regional science**, v.7, n.1, 2019.

ALFREDO, A. **Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço**. São Paulo: Annablume, 2013.

AMORIM, A. N. & FELTRAN, G. Ordem e progresso: expansão do mundo do crime e projetos de mobilidade. **Novos Estudos Cebrap**, v.42, n.1, p.21-38, 2023.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

AZAÏS, C. As zonas cinzentas do assalariamento: proposta de leitura do emprego e trabalho. In: AZAÏS, C.; KESSLER, G.; TELLES, V. **Ilegalismo, cidade e política**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

BELLO, C. Percepções sobre pobreza e Bolsa Família. In: SINGER, A. & LOUREIRO, I. (Orgs.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.

BENZAQUEM, G. O estímulo do Governo Michel Temer à fi-

nanceirização da pobreza. **Revista de Ciências Sociais**, v.53, n.2, p.399-436, 2022.

BERALDO, A. Cambios en las sociabilidades entre pobres urbanos brasileños (1964-2016). **Perfiles Latinoamericanos**, v.32, n.63, pp.1-31, 2023a.

BERALDO, A. Do ponto de vista do morador: os sentidos atribuídos às múltiplas instituições atuantes nas periferias. **Revista Políticas Públicas**, v.27, n.1, p.397-417, 2023b

BERALDO, A. **Negociando a vida e a morte: estado, igreja e crime nas margens urbanas**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2022.

BHATTACHARYA, T. **Social reproduction theory: remapping class, recentering oppression**. London: Pluto Press, 2017.

BONDUKI, N.; ROLNIK, R. **Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho**. São Paulo: FAUUSP, 1979.

BRAGA, R. **A angústia do precariado: trabalho e solidariedade no capitalismo racial**. São Paulo: Boitempo, 2023.

BRAGA, R. **Rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.

CALDEIRA, T. Peripheral urbanization: autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global South. **Environment and Planning D: Society and Space**, v.35, n.1, pp. 3-20, 2017.

CALDEIRA, T. Transitoriness: Emergent Time/Space Formations of Urban Collective Life. In: AMIN, Ash; LANCIONE, Michele (Org.). **Grammars of the Urban Ground**. Durham: Duke University Press, p. 155-74, 2022.

CANETTIERI, T. **A condição periférica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CANETTIERI, T. Periferia e a luta por moradia e pela vida em tempos de pandemia: cenário e desafios. **Ipê Roxo**, v.2, p.51-61, 2021.

CANETTIERI, T. Geografias da reprodução social crítica: fraturas e fronteiras em territórios periféricos durante a crise. In: BARBOSA, R.; ALMEIDA, N. L. (Orgs.). **Labirintos da precarização do trabalho e das condições de vida**. Curitiba: CRV Editora, 2023a.

CANETTIERI, T. **Brasil-Catástrofe: constelações da destruição que estamos vivendo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2023b.

CANETTIERI, T.; VASCONCELOS, C.; PAIVA, L. E. Assistencialismo de crise nas periferias: reprodução social crítica, múltiplas institucionalidades e pragmática vitalista na urbanização periférica. **Caderno do CEAS**, v.48, pp.430-462, 2023.

CAMPOS, L.; VASCONCELOS, C.; BAHIA, L. Mercados imobiliários periféricos, transitividade entre o formal e o informal e reprodução social crítica: reflexões a partir de uma periferia metropolitana de Belo Horizonte. **Anais**. XVIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Niterói: UFF, 2024.

CARDOSO, A. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

CORTES, M. **Diabo e fluoxetina: pentecostalismo e psiquiatria na gestão da diferença**. Curitiba: Editora Appris, 2017.

COSTA, H. Empreendedorismo popular e a economia moral da vida sem salário. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n.87, 1-19, 2024.

COSTA, H. **Um lugar ao sol: utopia e sofrimento no empreendedorismo popular paulistano**. Tese. Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo: USP, 2022.

CUNHA, N. & FELTRAN, G. **Sobre periferia: novos conflitos no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

DAMIANI, A. A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica. **Terra Livre**, n.15, p.21-37, 2000.

DAMIANI, A. **Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo**. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (Org.). Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, 2004.

DENNING, M. Wageless life. **New Left Review**, n.66, pp. 79-97, 2010.

DURHAM, E. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FEDERICI, S. **O patriarcado do salário**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas**. São Paulo: Elefante, 2018.

FELTRAN, G. Economias (i)lícitas: uma perspectiva etnográfica. **Journal of Illicit Economies and Development**, v.1, n.2, p. 1-10, 2019.

FELTRAN, G. **Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FELTRAN, G. O valor dos pobres: a aposta do dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Cadernos CRH**, Salvador, v.27, n.72, pp.495-512, 2014.

FERGUSON, S. **Woman and Work: feminism, labour and social reproduction**. Londres: Pluto Press, 2020.

FONTES, L. Violência, trabalho e periferia: conflitos morais e convívios nas fronteiras entre dois mundos. **Caderno CRH**, v. 35, p. 1-19, 2022.

FRASER, N. Contradictions of capital and care. **New Left Review**, n.100, 2016.

GAGO, V. & CAVALLERO, L. **Uma leitura feminista da dívida**. São Paulo: Editora Criação, 2022.

GAGO, V. **A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular**. São Paulo: Elefante, 2018.

GIAVAROTTI, D. **Eles não usam macacão: crise do trabalho e reprodução do colapso da modernização a partir da periferia da metrópole de São Paulo**. Tese. Doutorado em Geografia. São Paulo: USP, 2018.

GOBBI, F. **Rolos, esquemas e negócios: uma análise da prática de agiotagem na periferia de São Paulo**. Monografia. Bacharelado em Sociologia. Niterói: UFF, 2020.

GRAY, N. Rethinking Italian autonomist marxism: spatial composition, urban contestation, and the material geographies of social reproduction. **Antipode**, v.54, n.3, pp. 800-825, 2022.

GUERREIRO, I. Aluguel informal e a divisão da classe. **Passa Palavra**, 26 out. 2020. Disponível em: <https://passapalavra.info/2020/10/134839/> Acessado em: 01 fev. 2023.

HALL, S. Social Reproduction as social infrastructure. **Soundings**, n.76, p.92-94, 2020.

HILL-COLLINS, P. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v.5, n.1, p.951-974, 2017.

HIRATA, D. **Sobrevivendo na adversidade: mercados e formas de vida**. São Carlos: EdUFSCar, 2017.

HOLSTON, J. Autoconstruction in Working-Class Brazil. **Cultural Anthropology**, v.6, n.4, p.447-465, 1991.

HOLSTON, J. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JARAMILLO, S. **Hacia una teoría de la renta del suelo urbano**. Bogotá: Facultad de Economía, CEDE, Ediciones Unian-des, 2009.

JUNGE, B.; JARRÍN, A.; CANTERO, L.; MITCHEL, S.; BIONDI, K. Etnografias do definhamento da democracia brasileira. In: JAR

RÍN, A.; JUNGE, B.; MITCHELL, S.; CANTERO, L.; BIONDI, K. (Orgs.). **Democracia precária: etnografias de esperança, desespero e resistência no Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2022.

KATZ, C. Bad elements: Katrina and the scoured landscape of social reproduction. **Gender, place and culture**, v.15, n.1, p.15-29, 2008.

KATZ, C. Capitalismo vagabundo e a necessidade da reprodução social. **Geosp: espaço e tempo**, v.23, n.2, p.435-452, 2019.

KOLLING, M. Entre cuidado e exploração: quando a dívida entra nas relações de família e vizinhança num bairro periférico. **Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v.52, n.1, p.95-105, 2022.

KOPPER, M. Sonhos agonizantes: apatia e esperança material entre os ex-pobres ascendentes brasileiros. In: JARRÍN, A.; JUNGE, B.; MITCHELL, S.; CANTERO, L.; BIONDI, K. (Orgs.). **Democracia precária: etnografias de esperança, desespero e resistência no Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2022.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KROIJER, S.; KOLLING, M.; SEN, A. Ruins and rhythms of development and life after progress. **Ethos: Journal of Anthropology**, v.86, n.4, p.877-896, 2023.

KURZ, R. 2014. **Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política**. Lisboa: Antígona.

KURZ, R. **A crise do valor de troca**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

KURZ, R. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LEFEBVRE, H. **Critique of Everyday Life**. London: Verso Books, 2014.

LEFEBVRE, H. **La Production de l'espace**. Paris: PUF, 1974.

MACHADO DA SILVA, L. A. Estratégias de vida e jornada de trabalho. In: MACHADO DA SILVA, L. A. (Org.). **Condições de vida das camadas populares**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MACHADO DA SILVA, L. A. **O mundo popular: trabalho e condições de vida**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

MACHADO DA SILVA, L. A. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil Urbano. **Sociedade & Estado**, Brasília, v.19, n.1, pp. 53-84, 2004.

MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil urbano**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

MARINI, R. **Dialética da dependência e outros escritos**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MANOLO. Da reforma urbana à “cidade do vai todo mundo perder”, e além. **Passa Palavra**, 26 ago. 2024. Disponível em: <https://passapalavra.info/2024/08/154539/> Acessado em 28 ago. 2024.

MATTOSO, C. **Me empresta seu nome? Um estudo sobre consumidores pobres e seus problemas financeiros**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2005.

MEEHAN, K. & STRAUSS, K. **Precarious Worlds: contested geographies of social reproduction**. Athens, Georgia: University of Georgia Press, 2015

MEZZADRA, S.; NEILSON, B. **Border as method, or the multiplication of labor**. Durham: Duke University Press, 2013.

MORENO, T. **Negócio de impacto social, melhorias habitacionais e mercado financeiro: a moradia dos pobres como oportunidade de renda**. Dissertação. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte: UFMG, 2022.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

OLIVEIRA, F. **Crítica da Razão Dualista / O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003

PAOLINELLI, M. “Sem-casa” ou inquilino? **Passa Palavra**, 29 ago. 2022. Disponível em: <https://passapalavra.info/2022/08/145580/> Acessado em: 3 fev. 2023.

PAOLINELLI, M. **Ocupar, alugar, ocupar: rentismo de baixo e organização popular na produção da cidade**. Tese. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte: UFMG, 2023.

PAOLINELLI, M.; CANETTIERI, T. Dez anos de ocupações organizadas em Belo Horizonte: Radicalizando a luta pela moradia e articulando ativismos contra o urbanismo neoliberal. **Cadernos Metr pole**, v.21, n.46, pp.831-853, 2019.

PERLMAN, F. La reproduction de la vie quotidienne. **L’homme et la société**, n.15, pp. 345-362, 1970.

POCHMANN, M. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

POSTONE, M. **Tempo, trabalho e domina o social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RAMOS, P. C.; SANTOS, J.; BRAGA, V.; HABERMANN, W. **Periferias no Plural**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2023.

RIBEIRO, A. S. **Vai crédito hoje? do 'curto-circuito' ao blackout da reprodução crítica do capital fictício em São Paulo**. Dissertação. Mestrado em Geografia. São Paulo: USP, 2015.

RIBEIRO, V. Redes de amparo e os evangélicos (neo)pentecostais em favela. ANAIS. **41º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu: Anpocs, 2017.

RICHMOND, M. Narratives of crisis in the periphery of São Paulo: place and political articulation during Brazil's rightward turn. **Journal of Latin American Studies**, v.52, n.2, pp.241-267, 2020.

RICHMOND, M.; KOOPER, M.; OLIVEIRA, V. C. & PLACENCIA, J. Espaços periféricos, ontem e hoje. In: **Espaços periféricos: política, violência e território nas bordas da cidade**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2021.

RIZEK, C. Periferias: revisitando fraturas e crises. In: CARLOS, A. F.; RIZEK, C. **Direito à cidade e direito à vida: perspectivas críticas sobre o urbano e a pandemia**. São Paulo: IEA/USP, 2022.

RIZEK, C. Verde, amarelo, azul e branco: o fetiche de uma mercadoria ou seu segredo. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

RIZEK, C. Viração e Trabalho: Algumas reflexões sobre dados de pesquisa. **Estudos de Sociologia**, v.11, n.21, p. 49-59, 2006.

SCHOLZ, R. O valor é o homem. **Novos Estudos - Cebrap**, n.45, pp. 15-36, 1996.

SCHOLZ, R. Überflüssig sein und Mittelschichtsangst. Das Phänomen der Exklusion und die soziale Stratifikation. **Exit! Krise und Kritik der Warengesellschaft**, v.5, 2008.

SCHWARZ, R. **Sequências brasileiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCIRÈ, C. 2011. Financeirização da pobreza: Crédito e endividamento no âmbito das práticas populares de consumo. **Teoria & Pesquisa**, v.20, pp. 65-78, 2011.

SIMONI, C. Periferia e fronteira: o governo dos pobres nos confins da urbanização. In: CARLOS, A. F.; CRUZ, R. de C. (Orgs.). **Brasil, presente!** São Paulo: FFLCH, 2020.

STANDING, G. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

STREULE, M.; KARAMAN, O.; SAWYER, L.; SCHMID, C. Popular urbanization: conceptualizing urbanization processes beyond informality. **International Journal of Urban and Regional Research**, v.44, n.4, pp. 652-672, 2020.

TELLES, V. **A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal**. Belo Horizonte: Argymentvm, 2011.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOMMASI, L. Culturas de periferia: entre o mercado, os dispositivos de gestão e o agir política. **Política & Sociedade**, v.12, n.23, p.11-34, 2013.

VERDI, E. **A privação tem rosto de mulher: gestão da pobreza e segregação socioespacial na periferia de São Paulo**. Tese. Dou-

torado em Geografia Humana. São Paulo: USP, 2023.

VERDI, E. Vem, Espírito, e mostra quem realmente precisa. In: LACZYNSKI, P.; PULHEZ, M.; MILANO, G.; PIETRO, G.; PETRELLA, G. (Orgs.). **Acumulação do capital e reprodução da vida: tensões a partir da produção do espaço**. São Paulo: Instituto das Cidades/Unifesp, 2022.

VOGEL, L. **Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

Sobre o autor

Thiago Canettieri é professor do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Realizou residência pós-doutoral vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMG (2019-2020), é doutor em Geografia pela UFMG (2019) e mestre em Geografia - Tratamento da Informação Espacial pela PUC-Minas (2014). Possui graduação em Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela PUC-Minas (2012). É coordenador regional do núcleo RMBH do Observatório das Metrôpoles (INCT/CNPq), líder do grupo de pesquisa CRITICAR (crise, trabalho, capital e revolta) e pesquisador do grupo Cosmópolis. É pesquisador afiliado ao Instituto Alameda. Thiago Canettieri é autor dos livros *A condição periférica (Consequência, 2020)* e *Brasil-catástrofe: constelações da destruição que estamos vivendo (Consequência, 2023)*. Atualmente leciona e escreve sobre a relação entre urbanização, periferação e crise do moderno sistema produtor de mercadorias.

Este livro foi impresso em novembro de 2024, utilizando papel Pólen Bold 90g, e as famílias tipográficas Roboto Serif e Poppins.





Pensar a heterogeneidade interna das periferias implica reconhecer também os vários modos de reprodução social que se desenrolam nesses territórios. As recentes transformações sociais produziram uma maior complexidade nas periferias. Os efeitos da crise do trabalho no Brasil e a destituição do salário como modo privilegiado de sobrevivência têm levado à construção de pesquisas que busquem compreender os modos de reprodução social nessas áreas, que transitam nas tênues fronteiras que separam o legal e o ilegal; o formal e o informal; o trabalho e o desemprego. Com ***Periferias, reprodução social crítica e urbanização sem salário***, Thiago Canetti busca refletir sobre as estratégias de reprodução dos trabalhadores sem trabalho, descrevendo os vários expedientes de sobrevivência.



**COSMO
POLIS**

